



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA SAÚDE

Andréia Garcia dos Santos

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL EA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA/O  
PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO  
SUL E RIO GRANDE DO NORTE**

SANTA MARIA, RS - BRASIL  
2018



**Andréia Garcia dos Santos**

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA/O  
PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO  
SUL E RIO GRANDE DO NORTE**

Projeto apresentado ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Cláudia Maria Perrone**  
**Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Roberta Fin Motta**

Santa Maria, RS  
2018

Garcia dos Santos, Andréia

O ideário neoliberal e a precarização do trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte / Andréia Garcia dos Santos .- 2018.

105 p.; 30 cm

Orientadora: Cláudia Maria Perrone

Coorientadora: Roberta Fin Motta

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2018

1. Ideário neoliberal; 2. Precarização do trabalho;  
3. Psicologia; 4. Políticas sociais; 5. Produção científica. I. Perrone, Cláudia Maria II. Fin Motta, Roberta III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós- Graduação em Psicologia**

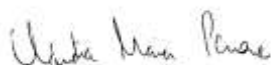
**A comissão examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA/O  
PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO  
SUL E RIO GRANDE DO NORTE**

Elaborada por  
**Andréia Garcia dos Santos**

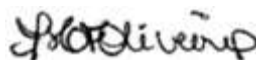
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Psicologia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**



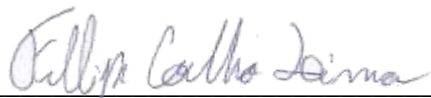
---

Cláudia Maria Perrone, Dr<sup>a</sup>.  
Presidente/Orientadora



---

Isabel Maria F. Fernandes de Oliveira, Dr<sup>a</sup>. (UFRN) – videoconferência



---

Fellipe Coelho Lima, Dr. (UFRN) – videoconferência

Santa Maria, 07 de fevereiro de 2018.



*Comuns o dia e a noite – comuns a terra e as águas, tua herdade – teu ofício, teu trabalho, tua ocupação. A sabedoria democrática debaixo de tudo, como base sólida para todos. Walt Whitman (1855).*

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar. Bertolt Brecht (1898 – 1956)*





## AGRADECIMENTOS

*À prof<sup>a</sup> Cláudia Perrone por seu investimento generoso e cuidadoso para com minha formação. Pelos convites generosos advindos do seu fazer docente que (re)significaram pensamentos, ideias e ações. Muitas ilusões caíram por terra e pude abandonar a velha opinião formada sobre a Psicologia e sobre o mundo. Minha eterna gratidão!*

*À prof<sup>a</sup> Roberta Fin Motta por topar fazer parte deste trabalho e acreditar nas possibilidades de luta e resistência que a escrita permite quando à produzimos com intenção política de mudar as coisas e o mundo.*

*Ao prof. Fellipe Coelho Lima pela disponibilidade e atenção de sempre. Teu conhecimento e generosidade constituíram-se fundamentais na travessia do mestrado e na criação de pontes de acesso a caminhos teóricos nunca antes percorridos.*

*À prof<sup>a</sup> Isabel Maria F. Fernandes Oliveira pela acolhida atenciosa e fraterna. Sua generosidade e maestria em transmitir/compartilhar conhecimento, afeto e força são pontinhos de luz a sustentar e instrumentalizar a todos/as que convivem contigo.*

*Às professoras Samara Silva dos Santos e Taís Fim Alberti da Pós- Graduação em Psicologia da UFSM por contribuírem de maneira singular para “o despertar” de um desejo já existente nos labirintos do meu ser: tornar-me professora.*

*Às colegas do grupo de pesquisa Políticas da Psicanálise e subjetividade no contemporâneo. Em especial: Diana, Fernanda, Martina e Natália. Vocês foram como flores a perfumar o caminho e a embelezar a paisagem com seus abraços fraternos, seus gestos de carinho e solidariedade.*

*A todas e a todos da turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM pela companhia na difícil travessia do amadurecimento teórico e de vida que o mestrado proporciona.*

*Às colegas de profissão Andressa Ferreira, Samara Posser pelo compartilhamento de angústias, anseios e perspectivas em relação à profissão e as péssimas condições de trabalho enfrentadas pela categoria.*

*Ao Diego Alves Motta e a Luana Da Costa Izolan pela oportunidade de convívio e troca de experiências. Vocês são demais, espero encontrá-los novamente.*

*À querida Luisa Flores Somavilla Bentancurt pelas indicações de melhoria na escrita do presente trabalho.*

*Ao Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação e GT Políticas Públicas meu reconhecimento por sua potência transformadora manifesta na concretude da vida dos integrantes do GPME, os quais tive o prazer de conviver. Agradeço especialmente ao amigo e colega Juliano Beck Scott pelas incontáveis reflexões, caronas e diálogos fraternos acompanhados de um chimarrão, açaí e/ ou água de coco.*

*Ao Grupo de Pesquisa: Processos Psicossociais, Organizações e Trabalho (GPPOT) por me oportunizarem experiências no campo das análises quantitativas, fundamentais à proposta de*

*análise empreendida no mestrado. Em especial, agradeço ao Mateus Estevam Medeiros Costa e a Sinara Fidelis pelo carinho, atenção e cuidado que tiveram comigo.*

*Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos.*

*Ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) pelo custeio e oportunidade de realizar duas missões de estudos (diga-se de passagem: transformadoras e impactantes em minha vida) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).*

*Aos Conselhos Regionais de Psicologia dos Estados do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte (CRP- 07 e CRP 17) pelo apoio e cooperação na divulgação da pesquisa pelas suas redes sociais - página do facebook, whatsApp e site oficial.*

*Aos funcionários do UFSM pela oportunidade do diálogo e trocas entre entrega de chaves e solicitação de informações. Em especial, a querida Liara que torna a vida das/dos mestrandas/os mais simples e descomplicada. Sua delicadeza, atenção e orientação diante dos trâmites burocráticos a serem resolvidos são simplesmente fundamentais.*

*Aos colegas psicólogas/os participantes da pesquisa que cederam do seu tempo para responder o questionário on-line, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano laboral. A cada um/a, muito obrigada!*

*À minha querida mãe por ser uma “mãe pássaro”, incentivando-me desde sempre a voar sem medo da queda. Gratidão por seu amor libertário e emancipador!*

*Ao meu companheiro Maurício da Costa Vidal por me acompanhar pela estrada da vida, compartilhando ideais, amor e sonhos. Admiro-te muito e guardo nosso amor em um relicário! Obrigada por tudo, és meu grande incentivador!*

*E por fim, agradeço imensamente a Deus, que nutre minha vida de amor e esperança, e a Jesus, Mestre amigo, que me ensina a cada dia a beleza de servir e ser útil aonde quer que eu esteja.*

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-graduação em Psicologia  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E RIO GRANDE DO NORTE**

AUTORA: Andréia Garcia dos Santos  
ORIENTADORA: Cláudia Maria Perrone  
CO-ORIENTADORA: Roberta Fin Motta  
Local e data e defesa: Santa Maria, 07 de fevereiro de 2018

Esta pesquisa visou mapear parte do panorama das produções científicas que tiveram como objetivo central investigar a precarização social do trabalho da Psicologia nas políticas sociais. E identificar as particularidades do processo de precarização social do trabalho do trabalho das/os psicólogas/os atuantes nas políticas sociais a partir de um estudo comparativo entre dois Estados brasileiros com características sócio-econômicas e demográficas distintas. Para tanto, foram realizados dois estudos. O primeiro caracterizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, centrada na indagação: a precarização social do trabalho da psicologia é uma questão em pauta para as/os psicólogas/os pesquisadoras/es? Como método adotou-se a combinação de dois tipos de revisões da literatura: a narrativa e a sistemática. Os resultados apontaram para um quadro reduzido de publicações sobre a conformação da empregabilidade e das condições de trabalho das/os psicólogas/os no território brasileiro. O segundo buscou comparar as aproximações e distanciamentos entre os indicadores de precarização social do trabalho (IPST) da Psicologia nas políticas sociais nos Estados do RS e RN. Para tal, desenvolvemos um questionário disponibilizado na modalidade on-line. Para a análise descritiva, exploratória e comparativa da amostra, os dados coletados foram inseridos no programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows ver. 15. Dentre os resultados obtidos, foi constatada a marcante presença feminina (81,5%), jovens (51,5%) com idade inferior aos 30 anos, brancas/os, solteiras/os, graduadas/os em instituição privada e auferem renda mensal advinda das políticas sociais entre 1 e 4 salários mínimos (SM). Identificamos que os IPST nas políticas sociais no RS e RN apresentaram discrepâncias expressivas em variáveis como: rendimentos, condições de organização e segurança no ambiente laboral, liberdade de ação no trabalho e violências sofridas. Diante dos resultados encontrados: escassas publicações a respeito da precarização do trabalho da/o psicóloga/o no território nacional e acentuada degradação das condições de trabalho da categoria. Faz-se urgente, a construção de um projeto ético, político e coletivo para a categoria que viabilize caminhos de enfrentamento diante das transformações societárias brasileiras.

Palavras-chave: Ideário neoliberal; Precarização do trabalho; Psicologia; Políticas sociais; Produção científica.



## **ABSTRACT**

Master Thesis

Post-graduation programs in Psychology  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE NEOLIBERAL IDEOLOGY AND PRECARIZATION OF PSYCHOLOGISTS WORK WITHIN THE SOCIAL POLICIES IN THE STATES OF RIO GRANDE DO SUL E RIO GRANDE DO NORTE**

AUTHOR: Andréia Garcia dos Santos

PROFESSOR ADVISOR: Cláudia Maria Perrone

CO-ADVISOR: Roberta Fin Motta

Time and place of the defense: Santa Maria, February 7<sup>th</sup>, 2018

The research aimed to map part of the panorama of the scientific productions whose main objective was to investigate the social precarization of the work of Psychology in social policies. And to identify the particularities of the process of social precarization of the work of psychologists working in social policies based on a comparative study between two Brazilian states with different socioeconomic and demographic characteristics. The first was characterized as an exploratory and descriptive research focused on the question: Is the degradation of psychologists work an issue at hand for psychologist researchers? The method combined two different types of review of literature: narrative review and systematic review. The results identified a context of scarce publications on the conformation of employability and working conditions for psychologists in Brazilian territory. The second one had as its objective to compare the approximations and estrangements between indicators of Precarious Working Conditions (IPWC) within the social policies in the states of RS and RN. For this end it was designed a questionnaire available online. For the descriptive, exploratory and comparative analysis of the sample, the data collected was incorporated in the program Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows 15. The results obtained showed a notable presence of female youngsters (81,5%), youngsters in general (51,5%) under 30 years old, white, holding a college degree from a private institution, and their monthly income is referred as between 1 and 4 minimum wages. We identified that IPST in social policies in RS and RN presented significant discrepancies in some variables. Such as: income, conditions of organization and safety in the work environment, freedom of action at work and violence suffered. It was concluded that the indicators studied point to an increasing degradation of the working conditions of psychologists in the social field. Considering the results it is possible to affirm: That there are scarce publications on the deterioration of work for psychologists in Brazilian territory and sharp degradation of working conditions in which psychologists find themselves. It is urgent the creation of an ethical, political and collective project for classes, which enables finding ways to face Brazilian societal changes.

Key-words: Neoliberal ideology; Work precarization; Psychologists; Social policies, Scientific production.



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>OBJETIVOS</b> .....	19
<b>ARTIGO 1</b> .....	20
RESUMO.....	20
INTRODUÇÃO.....	22
MÉTODO .....	24
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA PSICOLOGIA É UMA QUESTÃO EM PAUTA PARA AS/OS PSICÓLOGAS/OS PESQUISADORAS/ES?:ALGUNS APONTAMENTOS.....	29
O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS/OS PSICÓLOGAS/OS QUE ATUAM NAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
REFERÊNCIAS .....	45
<b>ARTIGO 2</b> .....	50
<b>INDICADORES DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO</b> .....	50
RESUMO.....	50
INTRODUÇÃO.....	52
MÉTODO .....	55
RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	56
CARACTERIZAÇÃO GERAL .....	57
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....	61
INDICADORES DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RS E RN.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
REFERÊNCIAS .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO</b> .....	98





## APRESENTAÇÃO

Ancoramos nossos encontros de pesquisa em duas frentes: mapear parte do panorama das produções científicas da Psicologia que tiveram como objetivo central investigar a precarização social do trabalho da Psicologia nas políticas sociais. E identificar as particularidades do processo de precarização social do trabalho das/os psicólogas/os<sup>1</sup> atuantes nas políticas sociais a partir de um estudo comparativo entre dois Estados brasileiros com características sócio-econômicas e demográficas distintas.

Como sugestão do Programa de Pós-graduação em Psicologia, os resultados desta dissertação serão apresentados em forma de artigos. Na introdução, a título explicativo apresentaremos uma breve explanação do alargamento e fortalecimento do ideário neoliberal pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff articulada a uma reflexão sobre a “questão social” brasileira e o modelo de Estado de bem-estar social, padrão *WelfareState*, ainda que de forma sucinta.

No artigo 1, intitulado “*A precarização do trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais: uma revisão da literatura*” buscamos averiguar a partir da combinação de dois tipos de revisões da literatura: a narrativa e a sistemática, parte do cenário de produções científicas da Psicologia que tiveram como proposta de investigação a denúncia, o mapeamento, a verificação e a identificação das condições de trabalho oferecidas às/os psicólogas/os no território brasileiro.

No artigo 2, intitulado “*Indicadores de Precarização social do trabalho da Psicologia nas políticas sociais: um estudo comparativo*” visamos investigar as aproximações e distanciamentos entre os indicadores de precarização social do trabalho da Psicologia nas políticas sociais nos Estados do RS e RN. O instrumento utilizado foi um questionário on-line elaborado para o levantamento de uma amostra de conveniência não-probabilística, constituída por psicólogas/os residentes nos Estados do RS e RN que estivessem exercendo a profissão no âmbito das políticas sociais.

A costura teórica, conceitual e metodológica do artigo 2 está alicerçada na propositiva cunhada por Druck (2010) sobre a precarização social do trabalho no Brasil – (alguns indicadores), tivemos, portanto, o interesse de nos aproximar inicialmente (através da metodologia do artigo 1) do que vem sendo produzido na Psicologia, e se as perspectivas utilizadas por esses estudos no campo investigativo das condições de trabalho das/os

---

<sup>1</sup> Devido ao fato da Psicologia ser uma profissão composta majoritariamente por mulheres, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta no sentido de que os materiais produzidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia sejam redigidos no feminino. Dessa forma, serão seguidas nos artigos da dissertação, as recomendações do CFP.

psicólogas/os no território brasileiro estão alinhadas com alguns dos indicadores de precarização social do trabalho no Brasil.

Já no curso de mestrado em Psicologia, tive a oportunidade de participar do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) que busca promover a formação de pesquisadores/as nas diversas áreas do conhecimento, através de parcerias compostas por equipes acadêmicas de diversas instituições de ensino superior, que objetivam o desenvolvimento de projetos e intercâmbios científicos entre as instituições.

A instituição que estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foi a Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), nesse sentido, construímos no percurso do mestrado, redes de saberes alinhados à proposta da dissertação. Cabe dizer, que a aproximação com o Grupo de Pesquisa Marxismo & Educação (GPME) e o GT Políticas Públicas foram fundamentais para o amadurecimento teórico e para a escrita da presente dissertação.

## **INTRODUÇÃO**

No dicionário contemporâneo da língua portuguesa (GEIDER, 2011, p. 1082 - 1274) o significado da palavra política designa a “arte e ciência da organização e administração de um estado, uma sociedade, uma instituição etc.” Já a palavra social refere-se “à sociedade ou ao conjunto dos cidadãos a ela pertencentes (problema/ciências sociais)” ou ainda, “à posição dos indivíduos e seus grupos na sociedade com um todo (classe/organização social)”.

A aproximação/junção das palavras “política e social” as colocam em um patamar complexo de análise, que vai além dos significantes do dicionário. Faz-se, aí, a busca de um entendimento contextualizado historicamente que atente para as variáveis “Estado, questão social, intervenção estatal, ideário neoliberal, políticas econômicas e sociais” (SILVA, 2014, p. 66).

Yamamoto (2007) pontua que política é sempre sinônimo de conflito, que, nas sociedades capitalistas, manifesta-se como oposição entre os interesses do cidadão e a emergência do capital, traduzido pela acumulação. Isso significa dizer que “as Políticas Sociais fazem parte desse processo estatal da alocação e distribuição de valores, encontram-se no centro desse confronto de interesses de classes” (YAMAMOTO, 2007, p. 32).

De modo geral, os Estados somente iniciam um processo de expansão de um modelo de segurança social, alinhado ao bem-estar social, a partir de dois importantes eventos mundiais. O primeiro foi a queda da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929; e o segundo após o final da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), especialmente, com a Declaração

Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu artigo 25, inciso I declara como primordial que:

todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe a saúde, e o bem-estar próprio e da família. Especialmente no tocante à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e aos serviços sociais necessários; tem direito à segurança no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou em qualquer outro caso de perda dos meios de subsistência, por força de circunstâncias independentes de sua vontade.

A intervenção do Estado adquire um sentido mais preciso por meio da política social, articulando-se de forma mais íntima com a Sociedade Civil e alterando os princípios do Estado de Direito (SILVA, 2014), de modo que a política social busca representar e consolidar o bem-estar social reivindicado pelos cidadãos.

Essas observações convocam-nos a refletir sobre as possibilidades de expressão, denúncia e reivindicação da questão social diante do imperativo do capital. Para Machado (1999, p. 43) a questão social está intimamente ligada à contradição *capital e trabalho* e tem como característica primordial a denúncia de um produto social desigual, que pode ser exemplificado pelo/a

analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantêm uma irrisória renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc.(...).

Ainda para autora, a questão social pode constituir-se como uma categoria explicativa da forma como os sujeitos resistem à dominação política e econômica e encontram brechas/fissuras para lutarem por seus direitos. Telles (1996, p.85) assinala que há um jogo de forças contrárias, que ora se entrecruzam pela lógica do capital, ora se (re)atualizam pelo discurso dos direitos sociais, evidenciando assim, o caráter complexo que sempre renova-se, “entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.

No Brasil, a “questão social” surge a partir das reivindicações da classe operária que ao sofrer o imperativo da produção pelo capital e a exploração da sociedade burguesa, articula-se por melhores condições de trabalho e uma cidadania social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Castro e Lazzari (2014, p. 3) pontuam que “o direito à proteção social do trabalhador pelo Estado tem sua gênese umbilicalmente relacionada ao desenvolvimento da sua estrutura e da discussão histórica sobre quais deveriam ser as suas funções”. Com isso, podemos dizer que os desdobramentos relativos às lutas de classe do proletariado estão intrinsecamente associados a “questão social” e o reconhecimento do Estado em relação ao seu papel diante dos operários na garantia de seus direitos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

As políticas sociais foram e estão sendo utilizadas como uma estratégia do Estado para minimizar os problemas oriundos da questão social – demandas sociais, econômicas, políticas advindas do embate entre a classe operária e o processo de constituição do capitalismo e que se manifestam de diversas formas: pobreza, violência e desemprego, entre outras. Da mesma forma, as políticas sociais, como são concebidas no interior da burguesia, têm a função de preservar e controlar a força de trabalho necessária à manutenção e reprodução do capital (OLIVEIRA; AMORIN, 2012).

Um exemplo dessa questão foi à criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) conhecidas como a Lei Elói Chaves em 1923, que se tratava, sobretudo, da seguridade social para trabalhadores. Neste período as CAPs eram financiadas pelas empresas empregadoras e a união, e “os benefícios previstos eram: a assistência médica-curativa e fornecimento de medicamentos; aposentadoria por tempo de serviço, velhice e invalidez, pensão para os dependentes e auxílio funeral” (Observatório de recursos humanos em saúde, 2006, p. 3).

Ressaltamos que o atendimento médico aos/às trabalhadores/as era visto como secundário, pois que a criação das CAPs teve como fim amenizar potenciais conflitos da classe trabalhadora. Como bem adverte Rocha (2014, p. 28), as ações do Estado não tinham como objetivo central a garantia plena de direitos e sim um caráter de mutualidade - ação solidária do Estado.

É nessa perspectiva, que a política social é concebida pelo Estado como uma questão política. Silva (2014) ressalta que o Estado transforma a política social em políticas sociais, isso significa dizer, que a questão social constituiu um campo fértil para efetivar projetos políticos, assumindo, portanto, um papel estratégico aos olhos do Estado para a resolução de problemas sociais.

Ou seja, as políticas sociais organizadas pelo Estado Brasileiro têm a marca do ideário neoliberal que promove uma profunda recessão: baixas taxas de crescimento econômico, explosão das taxas de inflação e o recrudescimento da miséria e da desigualdade

social, ou seja, estamos vivendo um tempo de refrações da “questão social”, isso significa dizer de desvios dos direitos sociais (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Há que se assinalar, portanto, a existência de dois aspectos que estão produzindo essas refrações supracitadas: a diminuição do investimento público para o setor social e a refuncionalização neoliberal das políticas sociais que se caracteriza pela precarização e a privatização. A precarização pode ser traduzida por dois mecanismos: a descentralização dos serviços, que seriam a transferência da responsabilidade “aos níveis locais do governo, a oferta de serviços deteriorados e sem financiamento”; e a focalização, que diz respeito a um corte de natureza “discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”, resgatando a lógica da cidadania regulada” (YAMAMOTO, 2007, p. 33).

Já a privatização, pode ser melhor entendida através de duas lógicas vigentes, (re)mercantilização e a (re)filantropização que seriam a exemplificação mais nítida da transferência da responsabilidade das sequelas sociais advindas do modelo neoliberal. A (re)mercantilização consiste na transferência de parcela dessa responsabilidade para setores internos como o mercado, aqui representado por uma oferta de serviços diferenciada que produz um lógica desigual: “(a) estatal-gratuito-precário;(b) privado-mercantil-boa qualidade; (c) filantrópico-voluntário-qualidade” (YAMAMOTO, 2007, p. 33).

A (re)filantropização diz respeito às ações solidárias, voluntárias e filantrópicas que a sociedade civil ou o terceiro setor promovem voltadas a uma parcela de sujeitos à margem da sociedade. Em meio a esse cenário, surge um processo de privatização e despolitização do trabalho realizado nas políticas sociais públicas através da transferência de investimentos para Organizações não governamentais (ONGs), organizações privadas e sem fins lucrativos. Um dos exemplos caricatos dessa questão é a transferência de recursos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), subordinada ao Ministério da Justiça, para as comunidades terapêuticas, instituições privadas, sem fins lucrativos, que trabalham com o intuito de acolher gratuitamente pessoas que abusam ou são dependente de drogas (CARTACAPITAL, 2016).

No Brasil, o fortalecimento do ideário neoliberal conta com a retomada de um regime antidemocrático marcado pelo golpe parlamentar brasileiro (que se caracteriza por ações pré e pós-*impeachment* da presidenta Dilma Rousseff) de ressonância judicial e midiática, pois, muito embora o processo de *impeachment* tenha se revestido de legitimidade jurídica, a demonstrar hígidez dos trâmites para alguns, sabe-se que a democracia foi golpeada. E com

isso, deu-se o retorno com força total do chamado Liberalismo Econômico<sup>2</sup> – política de “*Laissez-faire*”, do século XVI, que tem como ideologia a organização da economia por ela mesma, sem intervenção do Estado nas relações de mercado, a caracterizar o Estado mínimo.

Em outubro de 2015, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) lançou um documento/plano de ação liberal intitulado “*Uma ponte para o futuro*”, que assinala, em parte, a continuidade da organização liberal brasileira e o objetivo fim do golpe parlamentar, por meio de uma agenda de ações com 12 itens fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Dentre os itens, a reforma da previdência ganhou destaque em forma de capítulo explicativo. Outro elemento que o documento aponta é a urgência de ajustes às supostas disfuncionalidades da Constituição Federal de 1988, para, então, “reordenar com mais justiça e racionalidade os termos dos conflitos distributivos arbitrários pelos processos legislativos e as ações dos governos” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p.16). E, ainda, o partido prevê em sua estratégia política “*pré-impeachment*” a grande virada institucional que garantirá a estabilidade financeira e o crescimento econômico do país, convidando toda a nação a integrar-se a esse sonho de unidade.

Já no “*pós-impeachment*”, o governo federal trabalha com muita celeridade para consolidar o plano lançado em 2015. Suas medidas são destrutivas aos direitos sociais da população brasileira; algumas delas seguem abaixo por ordem temporal:

1) Promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita os gastos públicos com saúde e educação por 20 anos. Mais conhecida como a *PEC da Morte* por estudiosos e militantes da área da saúde, educação, políticas sociais, direitos humanos e todas/os aquelas/es que comungam pela garantia dos direitos constitucionais estabelecidos em 1988.

2) Aprovação do Projeto de Lei (PL) 4.302/1998 em março de 2017 que tramitava desde 2004 no Congresso Nacional que regulamenta a terceirização em atividades-fim nas empresas, podendo assim, todas/os as/os funcionárias/os serem contratados nessa modalidade e as empresas terceirizadas passam a ter toda a responsabilidade dos encargos trabalhistas.

---

<sup>2</sup> A elite brasileira importou o conceito de liberalismo dos países capitalistas centrais, de maneira muito peculiar. A ideia de equidade foi deturpada a serviço da emancipação das classes dominantes, ou seja, o direito de usufruir de bens, serviços e direitos organizou-se a partir da exclusão das massas. Julgou-se, também, que existia uma interdependência vantajosa entre as nações centrais e periféricas, e o Estado seria como um “meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 73).

3) Edição da Medida Provisória nº777, de 26 de abril de 2017, que institui a Taxa de Longo Prazo (TLP) a ser aplicada nas operações de empréstimo feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa medida tem o intuito de aproximar TLP das taxas de mercado e produzir novo *modus operandi* nos financiamentos, encarecendo-os.

4) A Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que altera significativamente a regulação e as normas das relações de trabalho individuais e coletivas. A reforma trabalhista alterou 97 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no intuito de adequar às novas configurações de trabalho, ou seja, estar de acordo com o ideário neoliberal mundial. Isso significa o avanço do trabalho desigual, altamente flexível e precarizado.

5) Pacote de privatização para o país lançado em agosto de 2017, que conta com um plano acelerado e precipitado de metas que buscam vender 57 empresas, dentre elas: Eletrobrás, Aeroporto de Congonhas no Estado de São Paulo e a Casa da Moeda.

6) Vale ressaltar, ainda, a edição do decreto 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (RENCA) e regularizou a exploração mineral em uma área de 46.095,583 km, localizada entre os Estados do Pará e do Amapá. Tal ato normativo foi posteriormente revogado pelo decreto 9.147, de 28 de agosto de 2017, fruto da pressão promovida por entidades nacionais e internacionais voltadas à promoção e defesa do meio ambiente. A medida legal adotada, contudo, ainda preservou a marca exploratória das reservas naturais, apenas com nova roupagem. Um comitê gestor dotado apenas de caráter consultivo constituiu-se enquanto tentativa ilusória de demonstrar preocupação do atual governo com a questão ambiental, finalmente caindo por terra com a edição de um terceiro decreto, de nº 9.159, em 25 de setembro de 2017, que revogou por completo o decreto 9.147, restabelecendo *status quo ante*.

Essas medidas, decretos e ações do atual governo constituem pilares fundamentais para a destruição das garantias dos direitos sociais da classe trabalhadora e o recrudescimento da pobreza, da violência, das desigualdades sociais e a degradação da natureza. Destacamos ainda dois pontos: o aniquilamento e/ou precarização “da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente” (ANTUNES, 2000).

Todo o conjunto elencado acima (re)produz efeitos estruturais significativos na implementação e gestão das políticas sociais brasileiras, o que reverbera nas especificidades do trabalho das/os psicólogas/os nessas políticas. Podemos dizer que o cenário político *pós-*

*impeachment* acentua ainda mais a violência praticada pelo Estado, com inegáveis reflexos negativos às políticas sociais, o que, por via de consequência, reflete diretamente no cotidiano de quem atua como operador/a nessas políticas.

Duas políticas constituídas sob a égide do Estado: a de saúde e a de assistência social trazem a marca da desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho. Podemos citar, por exemplo, as terceirizações e os contratos de trabalho temporários, que visam necessariamente atender aos interesses capitalistas, em detrimento da sustentabilidade social e de dignidade das/os trabalhadoras/es. Tais aspectos atingem também as relações de trabalho das/os profissionais que atuam em instituições privadas e públicas, vinculadas ao campo das políticas sociais, especialmente a partir dos anos de 1990, sob a lógica neoliberal (RAICHELIS, 2011).

Seixas e Yamamoto (2012), apontam a entrada cada vez maior de jovens na profissão de psicóloga/o que ingressam majoritariamente nas políticas sociais, tendo em vista a forma de ingresso via contratos emergenciais, terceirizados ou até mesmo voluntariado. Isso significa dizer que as/os psicólogas/os vêm integrando cada vez mais as equipes de trabalho nas políticas sociais, e conseqüentemente, sofrem as agruras das condições estabelecidas pelo Estado na mercantilização de sua força de trabalho.

Assim sendo, o trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais é um espaço de determinações e mediações dissolvidas na imediatividade dos fenômenos de precarização, mas ganham objetividade e significado, quando analisadas pelo prisma da particularidade (CEOLIN, 2014).

As perguntas constituem, a nosso ver, interlocuções potentes, muitas vezes mais que as respostas. Principalmente, quando as indagações sustentam-se a partir da confluência histórica, processual e contraditória do real. Por certo, produzem a quem pergunta e aos que partilham da questão uma unidade própria, que se caracteriza pela destituição da naturalização dos elementos da cultura e da história de um povo.

Logo, promover reflexões e até mesmo certo incômodo à categoria profissional, pode constituir um reduto de forças promissoras para o fomento de políticas de enfrentamento, que, para além de respostas, impliquem no avanço crítico e político da profissão junto à questão social brasileira.

Nessa perspectiva, respaldamo-nos para compartilhar (com os pares) indagações, anseios e preocupações relacionadas aos caminhos (im)possíveis para a Psicologia diante da conjuntura política brasileira aliada à crescente precarização social do seu trabalho.



## **OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVOGERAL**

Mapear, a partir de indicadores de precarização social do trabalho, as condições laborais oferecidas as/os psicólogas/os nas políticas sociais através de duas frentes: revisão da literatura e estudo descritivo, comparativo e exploratório no RS e RN.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Identificar através de uma revisão da literatura se as pesquisas sobre as condições de trabalho da/o psicóloga/o utilizam o aporte teórico da precarização social do trabalho;
- b) Identificar as formas de mercantilização da força de trabalho que as/os psicólogas vêm sendo submetidas/os nas políticas sociais nos Estados pesquisados;
- c) Caracterizar as condições de segurança e organização do trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais nos Estados pesquisados;
- d) Investigar como a categoria profissional percebe o reconhecimento social da profissão por parte da comunidade usuária dos serviços, colegas e chefia nos Estados pesquisados;
- e) Analisar de que modo as/os psicólogas/os percebem a representação e a organização sindical da categoria profissional nos Estados pesquisados.
- f) Comparar as aproximações e distanciamentos entre os indicadores de precarização do trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais nos Estados pesquisados.

## ARTIGO 1

### **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O NAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

#### RESUMO

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, centrada na indagação: a precarização social do trabalho da psicologia é uma questão em pauta para as/os psicólogas/os pesquisadoras/es? Como método adotou-se a combinação de dois tipos de revisões da literatura: a narrativa e a sistemática. Essa última foi composta por seis etapas. A busca dos registros pautou-se em três eixos de descritores: a) Precarização, Trabalho, Psicólogo; b) Condições de trabalho Psicólogo, Precarização e c) Trabalho, Psicólogo, Assalariado. Foram incluídos para análise manuscritos publicados nos últimos cinco anos que apresentaram primazia em investigar as condições e organização do trabalho da/o psicóloga/o. De um total de 109 registros, 3 artigos constituíram a amostra final. Há, portanto, um número reduzido de pesquisas no período entre 2012 e 2017 que explanam sobre a conformação da empregabilidade e das condições de trabalho das/os psicólogas/os no território brasileiro. Na apreciação dos manuscritos optou-se pela Análise de Conteúdo Temática a qual possibilitou as seguintes constatações: os artigos denunciam o forte aviltamento da categoria no campo das políticas sociais, especialmente, pelas formas de mercantilização da sua força de trabalho assalariada e as péssimas condições e organização do trabalho que as/os psicólogas/os vêm sendo sujeitadas/os; os locais de atuação mais investigados nos estudos concentram-se nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituições de Saúde Coletiva, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o terceiro setor. Diante desse cenário de escassas publicações com foco na investigação da precarização e a degradação das condições de trabalho da Psicologia nas políticas sociais, cabe a categoria buscar formas de subverter a lógica posta pelo capital neoliberal e inscrever junto com os pares novos modos de existir e estar no mundo como profissão. Cabe também, como proposta mediadora, a pressão sobre o Estado para melhoria das condições de trabalho nesse setor. Reitera-se a importância de um projeto ético, político e coletivo para a categoria que viabilize saídas transformadoras ao campo do trabalho e da vida.

Palavras-chave: Precarização do trabalho, Psicóloga/o, Políticas Sociais, Produção científica.

### **IS THE DETERIORATION OF PSYCHOLOGY WORK IN SOCIAL POLICIES: A REVIEW OF THE LITERATURE**

#### ABSTRACT

This is an exploratory and descriptive research centered on the question: Is the deterioration of psychology work an issue at hand for psychologist researchers? The method combined two different types of review of literature: narrative review and systematic review. The latter was composed by six stages. The search for the records was based on three distinct writers' axis: a) Deterioration of labor, psychologist; b) Working conditions Psychologist, Degradation and c) Labor, psychologist, wage employee. The analysis included manuscripts published in the last five years, which aimed primarily to investigate the psychologist conditions and organization of work, out of 109 records, 3 articles composed the final sample. There is, therefore, a reduced number of researches within the period between 2012 and

2017 explaining the employability conformation and psychologists' working conditions in Brazilian territory. For the manuscript assessment the thematic analysis of the content was chosen, which led to the following findings: the essays denounced the serious vilification of this category within the field of social policies, specially the commercialization of its waged working forceawful conditions and organization of work to which psychologists have been subjected. The working zones priorly investigated in this study were the Social Assistance Reference Centers (SARC), collective health-institutions, healthcare units (HCU), Centers for Psychological Service (CPS) and the third sector. Given this scenario of scarce publications and the degradation of Psychologist working conditions due to the lack of pro social policies, it is fitting for the category to find ways to overturn the logic imposed by the neoliberal capitalism and along with their peers mold new ways of existing as professionals. Also, as a mediator proposal, the pressure on the State to improve the working conditions in this sector. It is reaffirmed the importance of an ethical, political and collective project for the category, which enables transforming ways for life and in work field.

Key-words: Deterioration of labor, Psychologist, Social Policies, Scientific production

## **LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DE LA/DEL PSICÓLOGA/O EN LAS POLÍTICAS SOCIALES: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA**

### **RESUMEN**

Se trata de una investigación exploratoria y descriptiva centrada en la indignación: la precarización del trabajo la/del psicóloga/o es una cuestión en pauta las/los psicólogas/os pesquisadoras/es? Como método se adoptó la combinación de dos tipos de revisiones de la literatura: la narrativa y la sistemática. Esta última se compuso por seis niveles. La búsqueda por registros se hizo por tres ejes de descriptores: a) Precarización, Trabajo, Psicólogo; b) Condiciones de trabajo, Psicólogo, Precarización y c) Trabajo, Psicólogo, Asalariado. Se incluyeron para análisis manuscritos publicados en los últimos cinco años, que presentan primacía en investigar condiciones y organización del trabajo la /del psicóloga/o. De 109 registros, 3 artículos constituyeron la muestra final. Hay, conque, un número pequeño de investigaciones entre 2012 y 2017 que traten de la conformación de empleabilidad y de condiciones de trabajo de psicólogas/os en territorio brasileño. En la apreciación de los manuscritos se optó por el análisis de contenido temático la cual permitió las siguientes constataciones: los artículos denuncian la fuerte degradación de la categoría en el campo de las políticas sociales, especialmente, por las formas de mercantilización de su fuerza de trabajo asalariada y las pésimas condiciones y organización del trabajo que la/del psicóloga/o han sido asujeitadas/os; los sitios de actuación más investigados en los estudios son Centros de Referencia Asistencia Social (CRAS), Instituciones de Salud Colectiva, Unidades Básicas de Salud (UBS), Centros de Atención Psicosocial (CAPS) y el tercer sector. Frente a ese escenario de escasas publicaciones acerca de precarización y degradación de condiciones de trabajo en Psicología en las políticas sociales, cabe a la categoría buscar formas para subvertir la lógica puesta por el capital neoliberal y escribir, junto con sus pares, nuevos modos de existir y estar en el mundo como profesión. Cabe también, como propuesta mediadora, la presión sobre el Estado para mejorar las condiciones de trabajo en ese sector. Se repite la importancia de un proyecto ético, político y colectivo para la categoría que permita salidas transformadoras al campo de trabajo y de vida.

Palabras-Clave: Precarización, Trabajo, Psicóloga/o, Producción científica.

## INTRODUÇÃO

As novas realidades do mundo trabalho revestem-se de sombria e violenta roupagem, gestada pelo sistema global de produção do capital, que degrada as relações de trabalho, expropria direitos sociais e precariza a vida das/os trabalhadoras/es. Uma dessas realidades apresenta-se como fenômeno amplo e complexo denominado trabalho precário, cuja definição sintética dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009) é todo aquele que é inseguro, mal pago, insuficiente para sustentar um domicílio e desprotegido de direitos sociais. Assim, as características essenciais do trabalho precário são a fragilidade e a instabilidade, as quais se associam “à causalidade, à informalidade, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego” (Standing, 2014, p. 12).

Na visão do capital há urgência em adaptarmo-nos aos novos tempos globais - marcados por um processo mundial de precarização também vivido pelos países desenvolvidos (Druck, 2013). Portanto, sustentamos, em concordância com outros estudos (Antunes 2000, 2010; Druck, 2000, 2013; Standing, 2013, 2014), que há uma evidente precarização social do trabalho no Brasil, que constitui um novo e velho fenômeno que se articula em nível político, social e econômico e sustenta:

uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada – na visão hegemônica pelo capital – pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos (Druck, 2013, p. 55-56).

Uma barbárie justificável em favor de uma parcela minoritária e hegemônica da população, composta por uma elite detentora de grande riqueza e poder de manipulação dos meios de comunicação, do Estado, da política e das agências financeiras. Guy Standing (2014, p. 10) denominou essa elite de plutocratas e/ou “supercidadãos” que “funcionam como classe dominante efetiva, quase hegemônica no seu presente estatuto”.

Cada vez mais vivemos a corporificação de uma racionalidade de mercado aliada à agenda neoliberal<sup>3</sup>, que alarga sua influência no mundo inteiro, estendendo sua lógica perversa à esfera da vida e das relações sociais, bem como às individualidades, subjetivando-as (Dardot&Laval, 2016).

As proposições analíticas mencionadas indicam um crescente alastramento da precarização social do trabalho em nível global, e, conseqüentemente, diversas categorias profissionais sofrem os impactos dessa expansão e fortalecimento neoliberal. Não seria diferente para a Psicologia. A profissão tem enfrentado a transição de um status liberal para o assalariamento maciço da categoria.

Ao comprar a força de trabalho dos/as trabalhadores/as e ao pagar o seu valor, o capitalista adquire o direito de consumir ou usar a mercadoria que adquiriu. A força de trabalho de homens e mulheres é consumida, ou usada, fazendo-os trabalhar, assim como se consome ou se usa uma mercadoria. Iamamoto (2007) pontua que a condição assalariada de inserção profissional é mediada por demandas e requisições do mercado de trabalho, o que produz tensões entre as determinações do trabalho abstrato capitalista e o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto.

---

<sup>3</sup> Cabe situar que a concepção de agenda neoliberal utilizada no presente artigo perpassa o conjunto de ações político-econômicas regidas pela flexibilização da produção em perspectiva global, diminuição da taxação sobre os altos rendimentos, abono de dívidas fiscais de grandes empresas, controle e repressão das representações sindicais, avanço de programas de privatização e diminuição do controle do Estado sobre a economia, além da desresponsabilização do Estado frente às necessidades sociais básicas, como emprego digno, seguridade social, educação de qualidade, saúde pública, moradia, alimentação, saneamento, entre outros (Netto, 1993).

Portanto, o trabalho da/o psicóloga/o é capturado e dominado pela instância da atividade produtiva capitalista, a qual impõe distintas demandas, funções, atribuições, normas contratuais condicionantes do conteúdo, dos limites e das possibilidades da prática profissional (Iamamoto, 2007). Contudo, é importante refletir que nunca essa captura é total, o que dá margem para resistências de diversas formas e magnitudes.

Essa captura vem sendo confirmada por algumas pesquisas do CFP (1988, 2001, 2004), bem como pelos estudos organizados por Bastos e Gondim (2010) e Yamamoto e Costa (2010), os quais apontam uma progressiva inserção das/os profissionais em espaços de atuação com regime de trabalho assalariado e, aliado a isso, um grande assujeitamento e precarização da categoria.

Conforme Netto (1996), explicitar e compreender a particularidade de cada profissão, aliada às transformações societárias e suas mediações, possibilita a formulação de um problema teórico-analítico. Aliado a essa questão, buscamos analisar o impacto dessas transformações societárias no âmbito da categoria profissional da Psicologia, particularmente na produção científica que a categoria vem produzindo e suas mediações com a precarização social do trabalho das/os psicólogas/os no território brasileiro.

## MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, a qual buscou averiguar, por intermédio da combinação de dois tipos de revisões da literatura (narrativa e sistemática), parte do cenário de produções científicas da Psicologia que tiveram como proposta de investigação a denúncia, o mapeamento, a verificação e a identificação das condições de trabalho oferecidas às/os psicólogas/os no território brasileiro.

Segundo Elias et al., (2012) a técnica narrativa possibilita compreender o “estado da arte” de um determinado assunto sem necessitar de critérios explícitos e sistemáticos para a

busca e análise crítica da literatura. Para tanto, a busca realizada teve como único critério ser materiais que tratassem do desenvolvimento da trajetória profissional ao longo de sua história.

Já a revisão sistemática de literatura visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre a temática pesquisada, a partir de métodos explícitos e sistematizados de busca (Medina & Pailaquilén, 2010). Com base na premissa da RSL, organizamos um procedimento de busca constituído de seis etapas.

As inquietações de pesquisa estiveram em torno da problemática: a precarização social do trabalho das/os psicólogas/os é uma questão para a categoria? Essa indagação adveio de uma realidade que é processual, parte em uma totalidade histórica e síntese de várias determinações e fenômenos da profissão (Lukács, 2012).

O nosso interesse foi desvendar somente parte do movimento dessa realidade, com suas determinações, mediações, contradições e historicidade (Silva, 2014). Em razão disso, foram formuladas duas novas questões, uma apoiada na particularidade do universo de psicólogas/os que atuam na área da pesquisa científica: a precarização social do trabalho da Psicologia é uma questão em pauta para as/os psicólogas/os pesquisadoras/es? E, finalmente, a questão “chave” para a busca dos manuscritos, derivada das questões acima: como se caracteriza a produção científica dos últimos cinco anos<sup>4</sup>a produção científica dos últimos cinco anos? Portanto, nessa primeira etapa, definimos o objeto/problema de estudo e, em seguida, a questão “chave” para a busca dos manuscritos. Na segunda etapa, definimos os critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: a) artigos empíricos e teóricos em português que tratassem das condições de trabalho das/os profissionais psicólogas/os brasileiras/os; b) texto completo disponível; c) publicados no período entre 2012 e 2017; d)

---

<sup>4</sup> A partir de 2010, o tema da caracterização da profissão em âmbito nacional retornou ao cenário da produção acadêmica, com dois livros publicados nesse ano, sendo possível afirmar que o livro organizado por Bastos e Gondim (2010) é o segundo mais relevante em termos de abrangência de caracterização da profissão, após a pioneira publicação de 1988. Em razão disso, e pela incidência maior de publicações com intervalo de tempo longo e médio entre elas, optou-se por investigar a ocorrência de estudos mais recentes de (2012 a 2017), que apresentassem intervalo de tempo mais curto, tendo como parâmetro os estudos publicados em 2010.

publicados em revistas indexadas; e) artigos escritos por psicólogas/os. E os de exclusão: e) o estudo apresentar dados insuficientes para a análise; f) ser revisão sistemática da literatura, livros, resenhas de livros, dissertações, teses, capítulos de teses, anais de congressos e conferências; relatórios técnicos e científicos, documentos ministeriais e que estivessem fora desse contexto; g) estudos com pouca ou nenhuma relação com o objeto do estudo; h) artigos repetidos.

Logo após, definimos as bases de dados utilizadas na busca: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos da Capes (CAPES), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) as quais foram consultadas retrospectivamente até o ano de 2012.

Na quarta etapa, estabelecemos o conjunto de descritores/palavras utilizadas na busca dos artigos. a) precarização; trabalho; psicólogo; b) condições de trabalho; psicólogo; precarização e c) trabalho; psicólogo; assalariado. Essa escolha teve como critério (palavras) que remetem aos conceitos precarização social do trabalho (Druck, 2013).

Na quinta etapa, realizamos a leitura dos títulos, descritores e resumos dos registros e os que não se adequaram aos critérios de inclusão foram excluídos. E na última etapa, o restante dos registros foi inserido em uma tabela que os identificava e caracterizava a partir das seguintes informações: título, autores, periódico de publicação e ano, tipo de estudo, objetivo(s), abordagem, delineamento, procedimento de coleta e os principais resultados. O material tabelado foi lido na íntegra e os registros que não se adequaram nos critérios de inclusão foram excluídos. Além disso, consultamos a plataforma Lattes para ter acesso o Currículo Lattes dos autores dos artigos para confirmar sua formação em Psicologia.



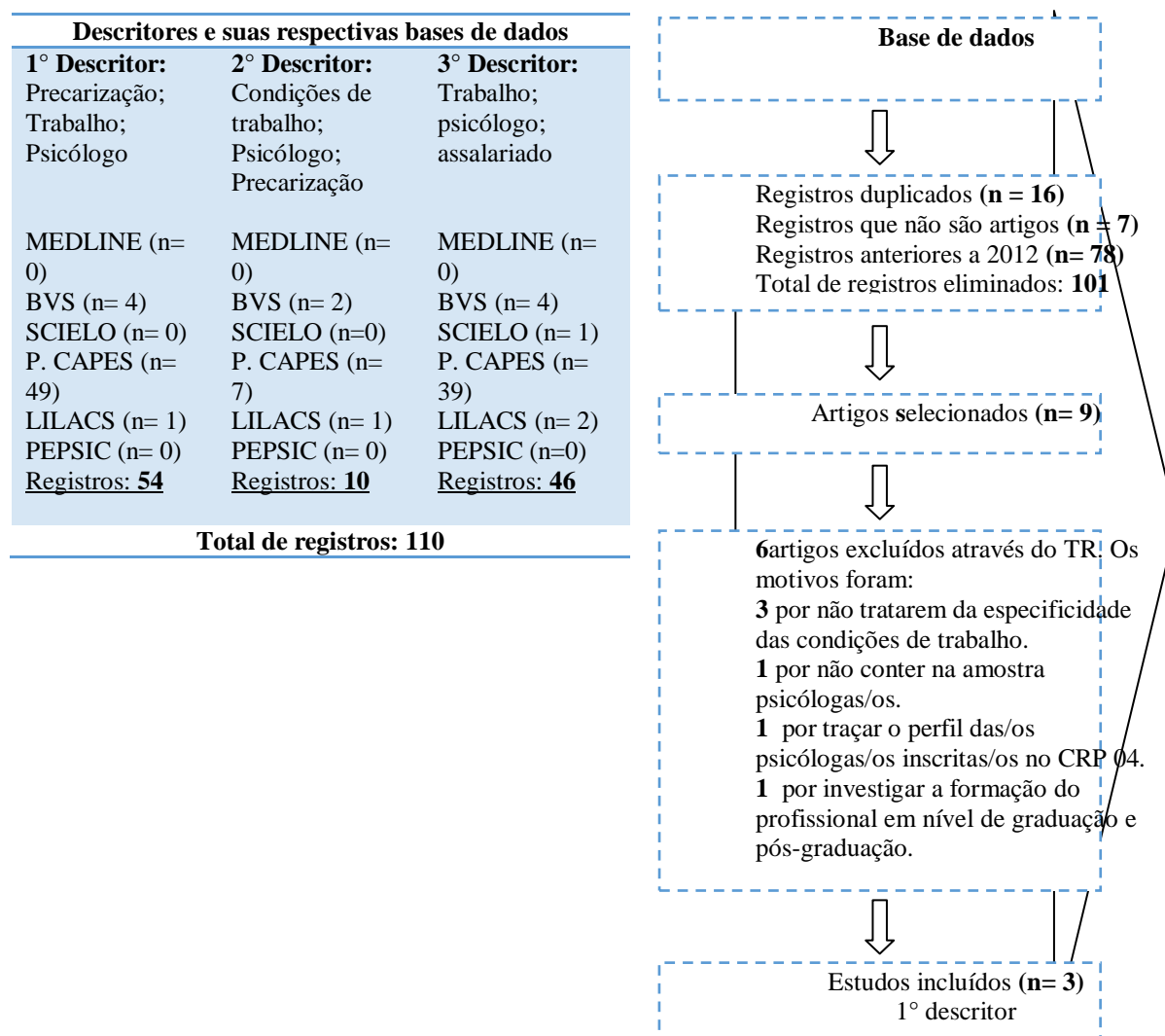
De posse dos artigos selecionados, conforme conjunto de critérios expostos acima, optou-se por apreciá-los através da Análise de Conteúdo Temática (Triviños, 1987; Bardin, 2009). Nessa perspectiva, realizamos a descrição analítica (Bardin, 2009) dos manuscritos, a partir do referencial teórico da precarização adotado *a priori*. E a interpretação referencial, que objetivou desvendar características dos fenômenos sociais, ou seja, elementos de conteúdo “dinâmico, estrutural e histórico” (Triviños, 1987).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da busca realizada por uma pesquisadora e um pesquisador de forma independente, foram encontrados 110 registros. Foram lidos os títulos, resumos, descritores desses registros, submetidos ao 1º teste de relevância (TR)<sup>5</sup>, resultando na eliminação de 99 registros. Dessa análise inicial restaram 9 registros, que passaram pelo 2º TR, agora mais minucioso e com leitura dos estudos na íntegra. Segue abaixo um fluxograma que apresenta a identificação, seleção e inclusão/exclusão dos registros investigados de forma detalhada:

---

<sup>5</sup> O teste de relevância teve como base a organização de um questionário com perguntas afirmativas alinhadas aos critérios inclusão/exclusão (Sampaio & Mancini, 2007; Conforto et al., 2011).



**Figura 1. Fluxograma da aplicação do teste de relevância dos registros encontrados**

Fonte: Dados da pesquisa - Santa Maria, RS, Brasil, 2017.

Seguindo o processo disposto na figura 1, apenas três artigos se caracterizaram como qualificados para Análise de Conteúdo Temática, os quais seguem identificados abaixo:

Tabela 1:

#### Lista dos artigos/manuscritos

Nº	Título	Autores	Periódico	Ano e palavras-chave
1.	Um estudo sobre as configurações do trabalho e inserção do psicólogo no contexto da Política de Assistência Social.	Willian Ferreira e Gustavo Zambenedetti.	Revista de Psicologia da UNESP	2015 Sistema único de Saúde, Relações de trabalho, Precarização do trabalho, Psicologia.

2.	A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte.	Pablo de Souza Seixas e Oswaldo Hajime Yamamoto.	Psicologia Argumento.	2012 Psicologia, Exercício profissional, Política social.
5.	O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil.	João Paulo Macedo e Magda Dimenstein.	Avances em Psicologia Latino Americana	2012 Psicólogo brasileiro, Saúde Pública, Proteção Social, Modos de subjetivação

Apresentar-se-á primeiramente as reflexões emergentes das Revisões da Literatura Narrativa e Sistemática, a partir da categoria *“A precarização social do trabalho da Psicologia é uma questão em pauta para as/os psicólogas/os pesquisadoras/es?-alguns apontamentos”* que tratará da possível tradição da Psicologia de pesquisar a conformação da empregabilidade da profissão no Brasil. E a segunda categoria, intitulada *“O ideário neoliberal e a precarização do trabalho das/os psicólogas/os que atuam nas políticas sociais brasileiras”*, visa apresentar os aspectos conceituais elementares para a discussão, reflexão e análise de conteúdo dos artigos selecionados, qual seja, a inegável e acentuada precarização do trabalho da/o psicóloga/o que atua nas políticas sociais brasileiras.

## A PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA PSICOLOGIA É UMA QUESTÃO EM PAUTA PARA AS/OS PSICÓLOGAS/OS PESQUISADORAS/ES?:ALGUNS APONTAMENTOS

Desvendar parte do interesse de pesquisa pretendido, carece de um mergulho imprescindível na historicidade, processualidade e materialidade das pesquisas no campo da conformação da profissão no território brasileiro. Para isso, lançamos mãos da proposta de revisão da literatura narrativa.

Diante disso, a aproximação e a interatividade com a história da Psicologia brasileira foi um ponto de apoio para as discussões que se seguem. Nessa perspectiva de resgate histórico, alguns meses após a regulamentação da Psicologia no Brasil, em 27 de agosto de 1962, através da Lei nº 4.119, intensificaram-se discussões e debates sobre a formação, a

produção do conhecimento e a atuação profissional. Apesar do pouco tempo de regulamentação da profissão, os debates realizados na época produziram dados interessantes para a categoria em processo de formação. Uma parte desses dados foi divulgada em 1964/1965 no Boletim de Psicologia (Baptista, 2009, 2010).

Destacamos o pioneirismo do estudo de Sylvia Leser Mello, em 1975, que investigou a situação da profissão de psicólogo no estado de São Paulo. Os principais resultados do estudo de Mello (1975) apontaram que 85% dos profissionais psicólogos graduados eram mulheres e, desse contingente, 40 % mantinham mais de uma ocupação dentro da área. Além disso, verificou-se que o campo de atuação e orientação mais atrativo aos participantes da pesquisa limitava-se aos consultórios particulares e à área clínica.

Passados nove anos, o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SINPSI), em parceria com o Conselho Regional de Psicologia – 6º Região, encomendou ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) nova pesquisa sobre “O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo” agora, com novos determinantes (expressivo aumento dos cursos de Psicologia e conseqüentemente mais egressos das universidades). Apesar disso, a pesquisa não identificou mudanças significativas em relação ao perfil profissional e às condições de trabalho mapeadas em 1975. No entanto, acrescenta um aspecto da situação da Psicologia que nos é caro: a falta de compromisso social da categoria (Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo [Sinpsi], Conselho Regional de Psicologia da 6ª região [Crp-06] & Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [Dieese], 1984).

O primeiro estudo de abrangência nacional sobre a profissão da/o psicóloga/o no Brasil foi desenvolvido em 1980 pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), dando origem ao livro “*Quem é o psicólogo brasileiro?*”, publicado em 1988, sendo importante referência na área. Parte dos resultados apontou que as atividades como psicoterapia individual

predominaram, com (42,9%), seguidas da aplicação de testes com (33,5%). Os locais de trabalho estavam distribuídos entre consultórios particulares, (34,2%), e empresas, (14,8%). Salienta-se, ainda, o aparecimento de atividades consideradas não tradicionais na época do estudo, tais como planejamento de políticas educacionais, pesquisas de mercado e orientação a gestantes. Porém, a clínica tradicional continuava predominante entre as/os psicólogas/os brasileiras/os, em concordância com os estudos anteriores do Estado de São Paulo, configurando, portanto, uma profissão de cunho elitista direcionada à classe média.

Dando continuidade as pesquisas, o CFP desenvolveu mais quatro estudos em âmbito nacional. Os estudos de (1992 e 1994) apontaram mudanças em relação às atividades exercidas nas áreas tradicionais da Psicologia à demonstrar expansão de práticas e a necessidade de reavaliação da formação acadêmica para novos contextos de atuação. Já os estudos de (2001 e 2004) realizaram pesquisas de opinião com as/os profissionais psicólogas/os inscritas/os quanto à atuação dos Conselhos profissionais em nível nacional e regional (CFP,1994, 2001, 2004).

No entanto, somente 20 anos depois, entre os anos de (2006 e 2008), por iniciativa do Grupo de Trabalho de Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEEP), é que se realizou a segunda pesquisa com maior abrangência e complexidade sobre as perspectivas que cercam o exercício profissional. Os resultados foram divulgados somente em 2010 através do livro: *“O trabalho do psicólogo no Brasil [recurso eletrônico]: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho”* que agregou vários pesquisadoras/es através de categorias de análise e investigação alicerçadas na Psicologia Organizacional e do Trabalho. A pesquisa revelou um panorama mais amplo do exercício da Psicologia brasileira, especialmente quanto à ampliação do cenário de atuação para outros serviços, como no caso da saúde pública.

Constatou-se, no entanto, que os vínculos empregatícios oferecidos aos psicólogos eram incertos, tanto em termos de regime de contratação como de remuneração.

Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010) propõem-se a realizar um estudo comparativo dos possíveis determinantes, permanências e transformações entre as duas grandes pesquisas do CFP de (1998) e do grupo da ANPEEP (2010). Esse estudo compõe o décimo terceiro capítulo do livro “*Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*”, organizado por Yamamoto e Costa (2010). Os autores pontuam que não houve grandes alterações no que tange aos rendimentos, à caracterização da profissão como liberal e assalariada, à pluralidade de orientações teóricas acríicas, à fragilidade e descompasso entre competências e à atuação profissional, entre outras.

Os dados apresentados acima são importantes para o entendimento do movimento da categoria em pesquisar a profissão, retomando-os de forma mais objetiva: o primeiro estudo foi publicado em 1975, sendo que o segundo artigo de referência já citado foi publicado em 1984, ou seja, 9 anos depois, ambos investigando as conformações da profissão no Estado de São Paulo. O primeiro estudo de âmbito nacional realizado pelo CFP só viria em 1988, seguido por quatro publicações entre os anos de 1992 a 2004. Somente em 2006 - 2008 o tema da caracterização da profissão é retomado com maior sistematização e abrangência reunindo várias/os psicólogas/os pesquisadores/as de diversas instituições do país, esse empreendimento possibilitou a organização e publicação de livro e capítulos de livro em 2010.

Alguns desses estudos tornaram-se referências (Mello, 1975; CFP 1988; Bastos & Gondim 2010; Yamamoto & Costa, 2010) e, quando analisados em conjunto, sob o prisma da periodicidade de suas publicizações demonstram não haver sazonalidade, e sim, períodos de publicação alternados, havendo 4 estudos entre 1975 a 2010. Essa variação de períodos aponta as possíveis inconstâncias de interesse da categoria em pesquisar aspectos como a formação,

características do exercício profissional, os locais de atuação, o perfil das/os profissionais, bem como as condições de empregabilidade e mercantilização da força de trabalho das/os psicólogas/os brasileiras/os, que é o nosso interesse de pesquisa.

Mesmo assim, pode-se dizer que há dentro da categoria em acompanhar a conformação da profissão no território brasileiro por meio de estudos acadêmicos e investigações científicas (Bettoi & Simão, 2000; Seixas 2009). No entanto, existe um ponto indispensável a ser incluído na discussão sobre essa tradição: a existência de grupo específico de psicólogas/os – pesquisadoras/es que desbravam a discussão da precarização, da empregabilidade e das condições de trabalho oferecidas as/os psicólogas/os em períodos curtos e contínuos de tempos. Mas qual seria a mola propulsora desse grupo tão particularizado dentro da Psicologia? Com certeza, a implicação com a questão social brasileira e com o pressuposto de que compreender a profissão requer situá-la no contexto social de uma sociedade mediada pelo capital neoliberal, com forte corrosão do Estado Social e dividida entre muros que obstaculizam e barbarizam a vida e a garantia de direitos da classe trabalhadora brasileira.

Em contrapartida, a amostra final da RSL foi composta por três estudos (Seixas & Yamamoto, 2012; Macedo & Dimenstein, 2012; Ferreira & Zambenedetti, 2015) localizamos a partir do descritor “Precarização; Trabalho; Psicólogo” e apresentaram em seu objetivo central a investigação, o mapeamento e a problematização da conformação da empregabilidade e das condições de trabalho das/os profissionais psicólogas/os no território brasileiro.

A leitura dos títulos, descritores e resumos dos artigos selecionados durante a RSL apontaram que as palavras-chave a) Precarização, Trabalho, Psicólogo; b) Condições de trabalho Psicólogo, Precarização e c) Trabalho, Psicólogo, Assalariado não são usuais no campo das pesquisas e investigações científicas da Psicologia. Na particularidade dos

manuscritos da amostra final, apenas um utilizou o termo “Precarização do trabalho” nas palavras-chave. Os demais foram capturados pela utilização de palavras-chave, como: “Psicologia”, “Psicólogo brasileiro” e “Exercício profissional”. Esse dado demonstra que a temática da Precarização Social do Trabalho é uma questão nova para a categoria.

Os manuscritos selecionados foram publicados nos anos de 2012 e 2015, sendo que o artigo n.º 1 é parte do resultado de um trabalho final de graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e os demais artigos, n.º 2<sup>o</sup> e n.º 5, são partes de estudos e dissertações provenientes da linha de orientação: Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Prática do Psicólogo do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Esse achado respalda-nos ainda mais para afirmar que existem grupos específicos de psicólogas/os – pesquisadoras/es que têm dado ou que deram continuidade à tradição de pesquisar, caracterizar, identificar a prática profissional do psicólogo e as condições de trabalho oferecidas à categoria.

Devido ao reduzido número de artigos encontrados não é possível que houve continuidade na tradição dos estudos. No entanto, é evidente que os registros advindos das etapas da RSL (trabalhos finais de graduação e dissertações) ainda constituem parcela ínfima de estudos diante do cenário social e político brasileiro. O número reduzido de pesquisas que privilegiam o questionar, o desvendar e o problematizar do fenômeno da precarização social do trabalho da Psicologia apontam, a nosso ver, a necessidade urgente de ampliação política de nossas pesquisas e ações, bem como a tomada de consciência do quanto somos trabalhadoras/esprecarizadas/os

---

<sup>6</sup> Seixas e Yamamoto, autores do respectivo artigo são pesquisadores integrantes do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (GPM&E) da UFRN. O prof. Dr. Oswaldo Yamamoto é um dos fundadores e coordenadores do grupo, formado em 1995 tendo como base a teoria social marxiana. O trabalho de pesquisa empreendido por seus membros é conhecido nacionalmente, em especial pelos estudos sobre a conformação da Psicologia no cenário nacional e no Estado do Rio Grande do Norte.



Portanto, forçoso reiterar a existência de pequena e específica parcela de produções científicas implicadas com a questão da precarização social do trabalho da Psicologia na atualidade.

## O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS/OS PSICÓLOGAS/OS QUE ATUAM NAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Essa categoria justifica-se pela característica dos registros encontrados ao longo do processo de RSL apontarem para pesquisas desenvolvidas no campo das políticas sociais, especialmente junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Instituições de Saúde Coletiva, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e terceiro setor.

Relacionamos essa predominância das investigações no campo das políticas sociais aos dados compilados e organizados por Yamamoto e Costa (2010), os quais deflagram a mudança significativa das características gerais da profissão.

Bastos e Gondim (2010) assinalam que 40 % das psicólogas/os concentram-se no setor público, 35% no setor privado e 25% no terceiro setor. Outra pesquisa, do Conselho Federal de Psicologia (2013), em parceria com o Instituto Ethos, demonstrou que 45% das/os profissionais atuam na área da saúde. Essa predominância pode ser justificada pelo grande número de profissionais atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS), em torno de 40.000 psicólogas/os. Além disso, 10% trabalham em assistência social, que configuram mais de 20.000 profissionais atuando no âmbito do Serviço Único de Assistência Social (SUAS); 12% na educação; 12% em trabalho/organizacional/RH; e as/os demais em outros campos (Lhullier&Roslindo, 2013).

Se partirmos do pressuposto de que a política social corresponde ao conjunto de necessidades sociais humanas, como saúde, educação, moradia, alimentação, saneamento,

previdência, direitos sociais do trabalho, inclusão digital entre outros (Pfeifer, 2014), pode-se dizer, então, que grande contingente de psicólogas/os atua nas políticas sociais brasileiras.

Contudo, essa aproximação da Psicologia com a questão social é assombrada pelo momento da criação/regulamentação da profissão, marcada pela obscuridade e violência de um regime militar, elemento fundamental para pensarmos as sequelas formativas da Psicologia desenvolvidas nesse cenário de amarras institucionais.

A natureza da atuação das chamadas “práticas psi” revestiu-se por muito tempo de um cunho elitista, que, em muitos casos, legitimou a desigualdade social, a pobreza e os preconceitos. Não obstante a isso, Coimbra (1995) pontua que a valorização e o investimento nas questões relativas ao psiquismo, às emoções e ao conhecimento de si têm seus efeitos negativos, pois que são distorcidas e fundadas em discursos psicologizantes apoiados em uma visão de ser humano simplificada e a-histórica.

É nessa conjuntura histórica que a profissão foi relegada, por um tempo, a ser um braço eficiente da ditadura, como ferramenta de fiscalização e enquadramento das condutas humanas que se afastassem do estereótipo idealizado pela pretensa hegemonia do plano político e cultural do país na época (Coimbra, 1995).

Em vista disso, produziu-se pouca reflexão sobre as demandas sociais, fomentando o uso do conhecimento psicológico a favor do controle e da segmentação, contribuindo para a manutenção e o incremento do lucro indispensável à reprodução do capital (Yamamoto & Oliveira, 2010) que, aliás, reverberam até os dias atuais, inclusive nas práticas da Psicologia no contexto das políticas sociais.

A falta de um projeto político para a categoria, aliada aos impasses éticos do período supracitado, tem se (re)atualizado na contemporaneidade e ainda é tema aberto, passível às intempéries da formação profissional, da precarização do trabalho, do capital neoliberal e da questão social.

Os Estudos recentes de Leão, Oliveira e Carvalho (2014) avaliam que apesar de todas as ações desenvolvidas para o rompimento da lógica histórica da atuação da Psicologia, isso não se processa tão facilmente. Sob o mesmo ponto de vista, Seixas e Yamamoto (2012) sustentam que mesmo com o aumento do discurso do compromisso social dentro da Psicologia, seja por parte da academia ou das entidades que apostam em um projeto político, essa perspectiva está longe de ser hegemônica para a categoria.

Os autores também assinalam que a entrada maciça das/os psicólogas/os no setor do bem-estar social associa-se particularmente a uma ampliação do mercado de trabalho nos governos neodesenvolvimentistas<sup>7</sup> de Luiz Inácio da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), e não a realmente uma reorganização da categoria a caminho de um projeto coletivo que vise um compromisso social com a população brasileira.

Com efeito, temos ainda um cenário marcado por práticas alienadas e alienantes, apolíticas, acrílicas de grande parte da categoria diante do processo de reprodução de relações sociais, significados, particularidades e atribuições mediadas pelo capital neoliberal. Nesse sentido, as políticas sociais são estudadas por caminhos teórico-epistemológicos apolíticos, os quais retiram a genuína marca do ideário neoliberal, promovedor de uma profunda recessão econômica, marcada por baixas taxas de crescimento econômico, explosão das taxas de inflação e o recrudescimento da miséria e da desigualdade social, ou seja, vive-se um tempo de refrações da questão social, isso significa dizer de desvios dos direitos sociais (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Há que se assinalar, também, a existência de dois aspectos que estão produzindo essas refrações: a diminuição do investimento público para o setor social e a

---

<sup>7</sup>Neodesenvolvimentismo é um programa político que não rompe com o modelo capitalista neoliberal, mas introduz, em seu projeto mudanças importantes na economia, na política e no cenário internacional enquanto Estado brasileiro. Tudo isso em decorrência das classes sociais que representam e nas quais se apoiam. Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira, a baixa classe média, o operário urbano, o campesinato, a população em situação de subemprego, os desempregados, os trabalhadores por conta própria e os camponeses (Boito Jr & Berringer p. 31-32, 2013).

refuncionalizaçãoneoliberal das políticas sociais que se caracteriza pela precarização e a privatização (Yamamoto, 2007).

A precarização pode ser traduzida por dois mecanismos: a descentralização dos serviços, que seria a transferência da responsabilidade “aos níveis locais do governo, a oferta de serviços deteriorados e sem financiamento”; e a focalização, relativa a um corte de natureza “discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”, resgatando a lógica da cidadania regulada” (Yamamoto, 2007, p. 33; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Já a privatizaçãopode ser mais bem entendida através de duas lógicas vigentes:a (re)mercantilização e a (re)filantropização, que seriam a exemplificação mais nítida da transferência da responsabilidade das seqüelas sociais advindas do modelo neoliberal. A (re)mercantilização consiste na transferência de parcela dessa responsabilidade para setores internos como o mercado, aqui representados por uma oferta de serviços diferenciada que produz um lógica desigual: “(a) estatal-gratuito-precário;(b) privado-mercantil-boa qualidade; (c) filantrópico-voluntário-qualidade” (Yamamoto, 2007, p. 33; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A (re)filantropização diz respeito a ações solidárias, voluntárias e filantrópicas que a sociedade civil ou o terceiro setor promovem voltadas a uma parcela de sujeitos à margem da sociedade. Em meio a esse cenário, surge um processo de privatização e despolitização do trabalho realizado nas políticas sociais públicas através da transferência de investimentos para Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações privadas e sem fins lucrativos (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Assim, é inegável a violência praticada pelo Estado, com evidentes reflexos negativos às políticas sociais, o que, por via de consequência, reflete diretamente no cotidiano de quem atua como operador/a nessas políticas, por meio, contratos terceirizados, temporários e até

mesmo políticas de voluntariado que visam necessariamente atender aos interesses capitalistas, em detrimento da sustentabilidade social e da dignidade das/os trabalhadoras/es.

Em concordância com os dados apresentados, Antunes (2000, p. 20) introduz a perspectiva de uma nova morfologia do trabalho, a qual tem por tendências a informalidade, o infoproletariado e a (i)materialidade aliada ao valor do trabalho. Esses elementos/tendências estruturantes do capital na contemporaneidade culminam em “uma nova era da precarização estrutural do trabalho”.

Tal questão encontra amarração nos escritos de Graça Druck, em especial no quarto capítulo do livro *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil* (2013), intitulado “*A precarização social do trabalho no Brasil- alguns indicadores*”. A autora propõe-se a construir e analisar cinco indicadores de precarização social do trabalho no Brasil (IPST), sendo eles: as formas aviltantes de mercantilização da força de trabalho, a organização e as condições de trabalho que potencializam a intensidade do trabalho, a fragilização das condições de segurança no trabalho, a ausência de reconhecimento e valorização simbólica do/a trabalhador/a e o enfraquecimento das condições de representação e de organização sindical.

As proposições analíticas construídas por Druck representam um ponto de sustentação teórica indispensável para a discussão da precarização do trabalho no Brasil. Em perspectiva objetiva e específica, tais indicadores também servem de lastro para aferir se essa erosão das relações de trabalho afeta a/o profissional psicóloga/o atuante nas políticas sociais.

Para tanto, nos propomos a investigar se os manuscritos selecionados na amostra final da RSL discutem as condições de trabalho e empregabilidade da categoria nas políticas sociais tendo como referência cinco indicadores de precarização social do trabalho (Druck, 2013). São eles: artigo n.º 1: Ferreira e Zambenedetti, artigo n.º 2: Seixas e Yamamoto, 2012 e artigo n.º 5: Macedo e Dimenstein, 2012.

Para tanto, o primeiro indicador configura-se por relações entre empregador e empregado em condicionalidade de aviltamento e perda de direitos trabalhistas. Os manuscritos demonstraram que as formas de ingresso das/os participantes das pesquisas se deram por meio de modalidades de pregão, licitação, contratos temporários, terceirização, concursados e voluntariado. Dependendo da forma de ingresso, parcela significativa desses trabalhadores não teve garantido o direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença saúde e auxílios. No que concerne à remuneração, apresentou-se insuficiente para o sustento do domicílio e mais baixa que a média da categoria, bem como fonte de insatisfação e dependência financeira dos pais e cônjuges, o que gerou a necessidade de grande número de profissionais de se inserir em mais de um local de trabalho (Seixas & Yamamoto, 2012; Macedo & Dimenstein, 2012; Ferreira & Zambenedetti, 2015).

O segundo indicador trata das condições e da organização do trabalho, as quais potencializam a intensidade e os ritmos acelerados do trabalho, bem com a polivalência dos trabalhadores. Os serviços pesquisados no contexto das políticas sociais apresentaram um número menor de profissionais do que o previsto nos documentos técnicos para o funcionamento desses serviços. Essa questão aliada à grande rotatividade dos trabalhadores (terceirizados/ temporários) e pouca autonomia para o desenvolvimento das atividades produziram forte corrosão do trabalho e enfraquecimento das forças físico-psíquicas das/os trabalhadoras/es pesquisadas/os (Seixas & Yamamoto, 2012; Macedo & Dimenstein, 2012; Ferreira & Zambenedetti, 2015).

Já o terceiro indicador possibilita identificar a fragilização das condições de segurança no trabalho, pelo enfraquecimento de capacitações e pela imposição de metas inalcançáveis. O artigo n.º 5 da RSL denunciou a ausência de recursos físicos e estruturais para a realização do trabalho nos locais investigados, de suporte teórico- técnico e gerencial para melhor desenvolver as atividades profissionais e de capacitações para o coletivo de trabalhadores.

Outra questão pontuada foi os entraves institucionais e burocráticos que aviltaram a subjetividade, o corpo e a vida das/dos psicólogas/os em favor da reprodução do capital (Macedo & Dimenstein, 2012). Vale ressaltar que os artigos n.º 1 e n.º 2 não trataram desse indicador em suas discussões.

A ausência de reconhecimento e valorização simbólica do/a trabalhador/a caracteriza o quarto indicador. Os artigos n.º 2 e n.º 5 não apresentaram elementos que constituem esse indicador. Porém, o artigo n.º 1 trata da banalização do mal e da injustiça social, demonstrando que os trabalhadores nutrem inseguranças, frustração diante do trabalho, desvalorização, produzindo sofrimento e adoecimento pela ideologia do descarte do fator humano (Ferreira & Zambenedetti, 2015).

Por fim, o quinto indicador constitui o enfraquecimento das condições de representação e de organização sindical da categoria. Embora os três artigos selecionados tenham demonstrado a crescente flexibilização dos contratos de trabalho nas políticas sociais, não abordaram perspectivas e/ou conformações do cenário de representação sindical da Psicologia.

Quadro 1 – Síntese das Análises IPST	
Indicadores de Precarização Social do trabalho (Druck, 2013)	Elementos extraídos dos artigos n.º 1, n.º 2 e n.º 5
As formas aviltantes de mercantilização da força de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formas de ingresso: modalidade de pregão, licitação, contratos temporários, terceirizados, concursado e voluntário.</li> <li>- Duração dos contratos temporários: 12 meses.</li> <li>- Os vínculos de trabalho das/os profissionais variam entre um, dois e três.</li> <li>- Renda: insuficiente para o sustento de um domicílio, mais baixa que a média da categoria e fonte de insatisfação e dependência financeira dos pais e cônjuges.</li> <li>- Direitos trabalhistas: poucos ou nenhum. Dependendo da forma de ingresso não tem direito a férias remunerada, 13º salário, licença saúde e auxílios.</li> </ul>
A organização e condições de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipes de trabalho com número menor de profissionais que o previsto.</li> <li>- Grande rotatividade de trabalhadores.</li> <li>- Ausência de capacitações.</li> <li>- Pouca autonomia para o desenvolvimento das atividades.</li> <li>- Falta de recursos físicos e estruturais para a realização do trabalho.</li> </ul>
A fragilização das condições de segurança no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de suporte teórico- técnico e gerencial para melhor desenvolver as atividades.</li> <li>- Entraves institucionais e burocráticos</li> </ul> <p>Obs.: Os artigos n.º 1 e n.º 2 não apresentaram elementos que constituem este indicador.</p>
A falta de reconhecimento e valorização simbólica do/a trabalhador/a	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sentimentos de desvalorização e de insegurança.</li> <li>- Adoecimento e frustração diante do trabalho</li> <li>- Falta de reconhecimento</li> <li>- Sofrimento</li> </ul> <p>Obs.: Os artigos n.º 2 e n.º 5 não apresentaram elementos que constituem este indicador.</p>
O enfraquecimento das condições de representação e de organização sindical	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os artigos n.º 1, n.º 2 e n.º 5 não apresentaram elementos que constituem este indicador</li> </ul>

**Fonte:** material produzido a partir da Análise de Conteúdo Temática.

Os dados apresentados acima nos possibilitam afirmar, de maneira geral, que os três artigos supracitados (componentes da amostra final da RSL) apresentaram com maior expressividade, dois IPST os quais se afiguram por formas aviltantes de mercantilização da força de trabalho e péssimas condições e organização do trabalho.

Nesse sentido, o conjunto dos cinco indicadores de precarização construídos por Druck (2013) não foram utilizados como base e/ou sustentação de análise nos manuscritos acima citados. Assinala-se, portanto, o quão premente é a aproximação da Psicologia com as bases teóricas da Sociologia, em especial os escritos que tratam do sistema global do capital e da precarização social do trabalho. Essa aproximação pode oferecer subsídio teórico, ainda maior, para o fomento de discussões mais potentes e críticas aliadas à própria tradição em



pesquisar a conformação da profissão em um contexto sóciopolítico específico, bem como pensar a atuação profissional enquanto classe trabalhadora assalariada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando nossa indagação inicial: a precarização social do trabalho da Psicologia é uma questão em pauta para as/os psicólogas/os pesquisadoras/es?, algumas ponderações podem ser realizadas. O primeiro aspecto a ser ressaltado refere-se à construção de certa tradição dentro da Psicologia em pesquisar o desenvolvimento da profissão no território nacional. Grande parte das pesquisas fomentadas pelo Conselho Federal de Psicologia e por psicólogas/os pesquisadoras/es vinculadas/os à instituições de ensino superior (IES), agências e associações de pesquisa da Psicologia tiveram como pauta, dentre outras questões, a conformação da empregabilidade da categoria. Ainda assim, não há sazonalidade entre os estudos produzidos e muito menos primazia em investigar sistematicamente a precarização social do trabalho da Psicologia em contextos diversos de atuação, como a clínica/consultório, as organizações/empresas, políticas sociais, IES – públicas e privadas, onde a psicóloga/o exerce função como professora/o, entre outras.

O segundo aspecto a ser pontuado está atrelado aos descritores utilizados para a busca dos manuscritos nas bases de dados. A escolha das palavras-chave precarização, trabalho, psicólogo, assalariado, condições de trabalho e suas respectivas combinações, conforme já assinalado, restringiram sobremaneira nossas buscas e achados, a denotar a não usualidade desses descritores pela Psicologia. Somente um dos manuscritos constituintes da amostra final utilizou nas palavras-chave o termo precarização, os demais usaram palavras como “exercício profissional”, “psicólogo”, “Psicologia”. Com isso, acredita-se que a precarização social do trabalho é tema novo/recente para o campo das investigações e produções científicas da Psicologia, de modo que existe pequena e específica parcela de produções científicas que tiveram como pauta a questão da precarização do trabalho da Psicologia na atualidade.

O terceiro aspecto merecedor de destaque situa-se em relação aos manuscritos selecionados na amostra final da RSL, verificou-se que a prioridade dessas pesquisas foi investigar as condições de trabalho da categoria profissional no campo das políticas sociais, denunciando as formas aviltantes de mercantilização da força de trabalho e as péssimas condições e organização do trabalho que as/os psicólogas/os vêm sendo assujeitadas/os nessa área de atuação.

Essas informações chegam como uma possibilidade de (re)alertar e denúncia do lugar que grande parte da categoria tem ocupado. Guy Standing (2013, 2014) defende a existência de uma nova estrutura de classe em nível global, intitulado-a de *o precariado*. Essa classe é caracterizada por incertezas, inseguranças, frustrações, privação e flutuações crônicas no campo do trabalho em nível de salários, empregabilidade e direitos sociais, mas também, pode ser vista em perspectiva dual de caminhos, ora perigosa, e ora transformadora da realidade. Essa última, “trata-se, nada mais nada menos, do que fazer renascer a própria ideia de futuro, perdida na distopia neoliberal do consumismo desenfreado e de uma existência plebéia de pão-e-circo eletrônico” (Standing, 2014, p.16).

Em vista disso, faz-se necessária a ampliação da compreensão crítica do lugar que ocupamos no capitalismo, somente a partir de uma análise da conjuntura é que conseguiremos

ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento (Prates, 2003, p. 2).

Salienta-se o quão proveitoso e interessante é a aproximação da Psicologia com as bases teóricas da Sociologia, em especial as perspectivas que tratam do sistema global do capital e da corrosão e precarização social do trabalho. Assinala-se, também, a possibilidade de acrescentar as investigações feitas através da revisão de literatura narrativa, outras produções do conhecimento como resenhas de livros, dissertações, teses, capítulos de teses, anais de congressos e conferências, relatórios técnicos e científicos, documentos ministeriais e que estejam dentro desse contexto. A partir de um material mais robusto de informações será possível ter maior embasamento para novas pesquisas e ações reflexivas e reivindicatórias de direitos que viabilizem caminhos coletivos minimamente satisfatórios a esse fenômeno social, que constitui fonte de desemprego, pulverização de vínculos empregatícios e desvalorização social da categoria profissional, e até mesmo, o aparecimento do voluntariado em detrimento do trabalho assalariado.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (2000). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In Frigotto, G., & Gentili, P. (Orgs.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho* (5a ed.). São Paulo: Cortez.
- Antunes, R. (2010). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. (pp. 13-27). São Paulo: Boitempo.
- Baptista, M. T. D. Silva. (2009, junho). Idéias divulgadas em São Paulo durante o processo histórico da regulamentação da profissão de psicólogo. *Temas em Psicologia*, 17(1), 119 - 134. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2009000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100011&lng=pt&tlng=pt)>.
- Baptista, M. T. D. da Silva. (2010). A Regulamentação da Profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. [número especial]. *Psicologia ciência e profissão*, 30, 170-191. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932010000500008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932010000500008&script=sci_abstract&tlng=pt)>doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008>.
- Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. (orgs.). (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil [recurso eletrônico]: um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho*. Porto Alegre: Artmed.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas?. In Yamamoto, O. H & Costa, A. L. Freire (orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 255-270). Natal: EDUFERN.
- Bettoi, W., & Simão, L.M. (2000). Profissionais para Si ou para Outros? Algumas reflexões sobre a formação dos psicólogos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 20(2), 20-31. Recuperado em 06 de janeiro de 2018, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932000000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000200005)>. doi:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932000000200005>>.
- Boito Jr., & Berringer, T. (2013). Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma, *Revista de Sociologia e Política*, 47, 94-109. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782013000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782013000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>>.
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962(1962,27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília: *Diário Oficial da União*.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"* Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Conforto, E. C., Amaral, D. C. & Silva, S. L. (2011) Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. 8º *Congresso brasileiro de gestão de desenvolvimento de produto*. Recuperado em 23 de janeiro de 2018, de <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod\\_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf)>.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (1994) *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (2001) *Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia – relatório final*. Relatório on-line. Recuperado em 27 de dezembro de 2017, de <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/05/Pesquisa\\_WHO.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/05/Pesquisa_WHO.pdf)>.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (2004). Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia – relatório final. Relatório on-line. Recuperado em 27 de dezembro de 2017, de <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/relatorios-e-cartilhas>>.

- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Druck, G. (2013). A precarização social do trabalho no Brasil. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo.
- Druck, G. (2000). *Velhos e novos trabalhadores Informais: o trabalho nas Ruas em Salvador-BA*. Salvador: CRH/UFBA.
- Elias, C. S. R., Silva, L. A., Martins, M. T. S. L., Ramos, N. A. P., Souza, M. G. G. & Hipólito R. L. (2012, janeiro/abril). Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. *Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e Drogas* (Ed. port.). 8(1), 48-53. Recuperado em 23 de janeiro de 2018, de <<http://www.revistas.usp.br/smadv/article/view/49594/53669>>.
- Ferreira, W., & Zambenedetti, G. (2015, agosto). Um estudo sobre as configurações do trabalho e inserção do psicólogo no contexto da Política de Assistência Social. *Revista de Psicologia da UNESP*, 14(2), 74-90. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442015000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442015000200007&lng=pt&tlng=pt).
- Iamamoto, M. (2007). *Serviço social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez.
- Leão, S. M. et al. (2014, abril). O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 264-289. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812014000100015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100015&lng=pt&tlng=pt)>.
- Lhullier, L. A., Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: Lhullier, L. A. (Org.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. (pp. 133-140). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lukács, G. (2012). *Para uma ontologia do social*. Volume. I. São Paulo: Boitempo.
- Macedo, J. P., Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <<http://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/viewFile/1437/1878>>.
- Marx, K. (2010). *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2014). *O capital: crítica da economia política* (33a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Medina, E. U., & Pailaquilén, R. M. B. (2010, julho/agosto) A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. *Revista Latino-Americana de*

*Enfermagem*. 18(4). Recuperado em 23 de janeiro de 2018, de <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt\\_23.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_23.pdf)>.

Mello, S. L. (1975). *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.

Netto, J. P. (1993). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez.

Netto, J. P. (1996). Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*. 50. 87-132. Recuperado em 23 de janeiro de 2018, de <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAhUccAB/transformacoes-societarias-servico-social-notas-analise-prospectiva-profissao-no-brasil>>.

Organização Internacional do Trabalho. (2009). *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília.

Pfeifer, M. (2014). O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.* 120. 746-766. Recuperado em 20 de janeiro de 2018, de <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/09.pdf>>.

Prates, J. C. (2003, dezembro) A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração Marxiana. *Revista Textos & Contextos*, 2(2), 1-8. Recuperado em 3 de janeiro de 2018 em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/948/728>.

Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007, janeiro/fevereiro). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista brasileira de fisioterapia*. 11(1), 83-89. Recuperado em 23 de janeiro de 2018, de <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>.

Seixas, P. de S. (2009). *Inserção e atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Seixas, P. de S., Yamamoto, O. H. (2012). A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. *Psicologia Argumento*, 30(70), 477- 489. Recuperado em 3 de janeiro de 2018 em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=6135&dd99=view&dd98=pb>>

Silva, S. dos S. (2014) *Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do Serviço Social: contribuições a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil*. Tese de Doutorado em Assistência Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo., Conselho Regional de Psicologia – 6ª. Região. (1984). *O perfil do psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo: Cortez.

Standing, G. (2013). *O precariado: A nova classe perigosa*. (C. Antunes, trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.

- Standing, G. (2014, maio). O precariado e a luta de classes. *Revista crítica de ciências sociais*, 103, 9-24.
- Triviños, A. N. S. (1987) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Yamamoto, O. H. (2007, janeiro/abril). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. Recuperado em 03 de janeiro de 2018 em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326394005>>.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de. (2010) Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. [número especial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 9-24. Recuperado em 03 de janeiro de 2018 em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>>.
- Yamamoto, O. H & Costa, A. L. Freire (orgs.), (2010). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN.
- Yamamoto, O. H. (2012). 50 Anos de Profissão: Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político? . [número especial]. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, 6-17.

## **ARTIGO 2**

### **INDICADORES DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS SOCIAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO**

#### **RESUMO**

Este estudo teve como objetivo verificar as possíveis aproximações e distanciamentos entre os Indicadores de Precarização Social do Trabalho (IPST) da Psicologia nas políticas sociais nos Estados do Rio Grande do Sul (RS) e Rio Grande do Norte (RN). Participaram da amostra 130 profissionais, sendo que 106 são mulheres, 23 homens e 1 participante que não se enquadra na definição homem ou mulher. Quando divididos por Estado, configuraram-se por 66 (50,7%) psicólogas/os respondentes no RS e 64 (49,2%) no RN. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo descritivo, comparativo e exploratório com o levantamento de uma amostra de conveniência (não-probabilística). O instrumento utilizado foi um questionário elaborado para investigar a presença e/ou ausência dos IPST, disponibilizado para preenchimento na modalidade on-line. Para análise descritiva e comparativa da amostra, os dados coletados foram inseridos no programa StatisticalPackage for the Social Sciences (SPSS) for Windows ver. 15. Dentre os resultados obtidos, foi constatada a marcante presença feminina (81,5%), jovens (51,5%) com idade inferior aos 30 anos, brancas/os, solteiras/os, graduadas/os em instituição privada e auferem renda mensal advinda das políticas sociais entre 1 e 4 salários mínimos (SM). Identificamos que os IPST nas políticas sociais no RS e RN apresentaram discrepâncias expressivas em algumas variáveis, como: rendimentos, condições de organização e segurança no ambiente laboral, liberdade de ação no trabalho e violências sofridas. Concluiu-se que os indicadores estudados apontam para uma crescente degradação das condições de trabalho das/os psicólogas/os no campo social. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o fortalecimento da categoria na luta por melhores condições de trabalho e existência como profissão, visto enfrentarmos tempos de desarticulação dos coletivos e da classe trabalhadora brasileira.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Psicologia; Políticas sociais.

### **THE INDICATORS OF SOCIAL PRECARIZATION OF LABOR OF PSYCHOLOGY IN SOCIAL POLICIES: A COMPARATIVE STUDY**

#### **ABSTRACT**

This study aimed to verify the possible similarities and differences between the Indicators of Social Precarization of Labor (IPST) of Psychology in the social policies in the states of Rio Grande do Sul (RS) and Rio Grande do Norte (RN). The sample was composed of 130 professionals: 106 women, 23 men, and 1 participant who did not fit these gender definitions. The individuals were split by state, composing 66 (50.7%) psychologists/respondents in RS and 64 (49.2%) in RN. This is a descriptive, comparative and exploratory study, and collected a convenience sample (non-probabilistic). The instrument used was a questionnaire drafted to investigate the presence and/or absence of IPST. The questionnaires were filled in online. The descriptive and comparative analysis of the sample was performed by submitting the data collected into the software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows - version 15. Among the results obtained, there was a remarkable presence of female (81.5%)



and young participants (51.5%), that is, under 30 years of age. Most participants are white, single, hold a degree by private institutions and their monthly income is referred as between 1 and 4 minimum wages. We identified that IPST in social policies in RS and RN presented significant discrepancies in some variables, such as: income, conditions of organization and safety in the work environment, freedom of action at work and violence suffered. It was concluded that the indicators studied point to an increasing degradation of the working conditions of psychologists in the social field. These study's results are expected to contribute to the strengthening of the category in fighting for better working conditions and existence as a profession, as we face a time of disarticulation of collectives and of the Brazilian working class.

Keywords: Labor Precarization; Psychologist; Social Policies.

## **INDICADORES DE PRECARIZACIÓN DE LA PSICOLOGÍA EN LAS POLÍTICAS SOCIALES: UN ESTUDIO COMPARATIVO**

### **RESUMEN**

Este estudio tuvo como objetivo verificar las posibles aproximaciones y distanciamientos entre los Indicadores de Precarización Social del Trabajo (IPST) de la Psicología en las políticas sociales en los Estados del Río Grande del Sur (RS) y Rio Grande do Norte (RN). Participaron de la muestra 130 profesionales, siendo que 106 son mujeres, 23 hombres y 1 participante que no se encuadraron en la definición hombre o mujer. Cuando se dividieron por Estado, se configuraron por 66 (50,7%) psicólogas/os respondedores en el RS y 64 (49,2%) en el RN. Esta investigación se caracteriza por ser un estudio descriptivo, comparativo y exploratorio con el levantamiento de una muestra de conveniencia (no probabilística). El instrumento utilizado fue un cuestionario elaborado para investigar la presencia y/o ausencia de los IPST, disponible para rellenar en la modalidad on-line. Para el análisis descriptivo y comparativo de la muestra, los datos recolectados fueron insertados en el programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para Windows ver. 15. Entre los resultados obtenidos, se constató la marcada presencia femenina (81,5%), jóvenes (51,5%) con edad inferior a los 30 años, blancas, solteras/os, graduadas/as en institución privada se obtienen ingresos mensuales provenientes de las políticas sociales entre 1 y 4 salarios mínimos (SM). Identificamos que los IPST en las políticas sociales en el RS y RN presentaron discrepancias expresivas en algunas variables, como: como: rendimientos, condiciones de organización y seguridad en el ambiente laboral, libertad de acción en el trabajo y violencias sufridas. Se concluyó que los indicadores estudiados apuntan a una creciente degradación de las condiciones de trabajo de las/los psicólogas/os en el campo social. Se espera que los resultados de esta investigación contribuyan al fortalecimiento de la categoría en la lucha por mejores condiciones de trabajo y existencia como profesión, ya que enfrentamos tiempos de desarticulación de los colectivos y de la clase trabajadora brasileña.

Palabras clave: Precarización del trabajo; Psicología; Políticas sociales.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 25 anos, houve significativa expansão do campo de atuação da Psicologia, especialmente na área das políticas sociais, figurando o Estado como um dos maiores empregadores das/os psicólogas/os. Macedo e Dimenstein (2011, 2012) apontam que a Saúde Pública e a Assistência Social constituíram-se espaços privilegiados de absorção das/os psicólogas/os em todo o território brasileiro, sinalizando uma forte institucionalização dessas/es profissionais nos aparelhos do Estado.

Esses novos caminhos de empregabilidade e mercado de trabalho para a Psicologia Brasileira surgem por meio da reabertura democrática do país e pelas mudanças societárias desse momento. A década de 1980 tornou-se um grande celeiro de transformações para o Brasil, as políticas sociais tiveram avanços importantes na área da saúde, da previdência social e na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes (Motta, 2015).

Particularmente, a Constituição Federal de 1988 favoreceu a mudança da Assistência Social nas questões de cunho caritativo e beneficente antes vinculada, passando a assumir um caráter de Política Pública de Proteção Social, voltada à garantia de direitos e condições dignas de vida (Cruz & Guareschi, 2012).

Já no início dos anos de 1990, a Psicologia é convocada a rever suas teorias e práticas para alinhá-las aos direitos humanos e às políticas sociais, ou seja, contribuir e responder às necessidades da população com a qual não se estava habituada a trabalhar (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 1999). Frente a isso, Bock (1999), em seu artigo intitulado “*A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social*”, evidência um processo de transição de um modelo intervencionista elitista, restrito e com pouca diversificação, para um modelo de ações identificadas com a maioria da população brasileira.

A transformação em prol da construção de uma Psicologia atenta às necessidades nacionais ganhou, continuamente, mais visibilidade através da participação das entidades

profissionais, da ampliação do espaço da Psicologia entre as profissões da saúde e assistência, resultante da entrada das/os psicólogas/os na saúde pública e de sua participação nos debates para a elaboração das políticas pertinentes as áreas de atuação (Bernardes, 2013).

Entretanto, estudos recentes de Leão, Oliveira e Carvalho (2014) e Motta (2015) avaliam que, apesar de todas as ações desenvolvidas para o rompimento da lógica histórica da atuação da psicologia, isso não se processa tão facilmente no interior da categoria, ou seja, contamos com práticas acríticas e apolíticas que privilegiam os conhecimentos psicologizantes em detrimento da análise da conjuntura e questão social do país.

Nesse sentido, Seixas e Yamamoto (2012) nos brindam com análise pertinente e reflexiva sobre a maciça entrada de psicólogas/os no setor de bem-estar social. Para eles, esse novo campo profissional está muito mais associado à conjuntura societária e estatal vivenciada nas décadas de 1980 e 1990, a qual produziu a diminuição do poder aquisitivo da classe média (clientela privilegiada dos consultórios), fazendo com que o mercado de trabalho para a categoria retraísse. Isso significa dizer que as/os psicólogas/os foram atraídas/os para o campo social, não em razão de um movimento interno de reflexões teórico-epistemológicas da profissão, mas sim em decorrência da crise financeira que assolou a sociedade nesse período. Essa migração para as políticas sociais decorreu de um processo inicial de precarização social do trabalho da/o psicóloga/o, que buscou nos equipamentos do Estado uma oportunidade de trabalho e subsistência para manutenção de uma vida digna.

No entanto, as investigações de Bastos, Gondim e Borges-Andrade (2010) prenunciam rumos nada animadores para a profissão com a presença marcante de vínculos empregatícios precários, tanto em termos de regime de contratação como de remuneração nas políticas sociais. Tais estudos ainda apontam para uma defasagem entre o número de profissionais psicólogas/os graduadas/os e o número de inscritas/os nos Conselhos de Psicologia, ou seja, o

mercado de trabalho não está absorvendo as/os profissionais egressas/os do sistema educacional de maneira eficaz.

Em complemento a isso, Seixas e Yamamoto (2012) apontam o contínuo crescimento da profissão e, por conseguinte, um ingresso cada vez maior de jovens que tendem a ter seu primeiro emprego como psicólogas/os nas políticas sociais, haja vista a forma de ingresso ser via contratos emergenciais, terceirizados ou até mesmo o voluntariado.

Diante do cenário apresentado sobre as condições de empregabilidade da profissão no território nacional, faz-se necessário, cada vez mais, uma aproximação com as mediações da precarização do trabalho postas à Psicologia. Um dos pontos de sustentação teórica para essa aproximação foram os escritos de Druck (2013), em especial os Indicadores de Precarização Social do Trabalho no Brasil (IPSTB)<sup>8</sup>, apontados pela referida autora como um fenômeno justificado na atualidade “pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais” na visão hegemônica do capital (Druck, 2013, p. 55-56).

Com isso, propomos apreender as particularidades dos Indicadores de Precarização Social do Trabalho (IPST) relacionados à Psicologia nas políticas sociais em diferentes realidades, quais sejam, os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte.

Foram objetivos deste estudo: a) identificar as formas de mercantilização da força de trabalho que as/os psicólogas vêm sendo submetidas/os; b) caracterizar as condições de segurança e organização do trabalho da/o psicóloga/o; c) investigar como a categoria profissional percebe o reconhecimento social da profissão por parte da comunidade usuária dos serviços, colegas e chefia; d) analisar de que modo as/os psicólogas/os percebem a

---

<sup>8</sup> Esses indicadores foram elaborados por Graça Druck e podem ser encontrados no quarto capítulo do livro *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil* (Antunes, 2013, p. 55-73), intitulado: “*A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores*”. Os indicadores de precarização social do trabalho no território brasileiro caracterizam-se pelas formas aviltantes de mercantilização da força de trabalho; a organização e as condições de trabalho degradantes oferecidas aos trabalhadores; a fragilização das condições de segurança no trabalho; a falta de reconhecimento e valorização simbólica do/a trabalhador/a e o enfraquecimento das condições de representação e de organização sindical.

representação e a organização sindical da categoria profissional; e) averiguar a existência de discrepâncias entre IPST nas políticas sociais nos Estados pesquisados.

Vale ressaltar, por fim, que a presente pesquisa não pretende esgotar a reflexão sobre os IPST, pelo contrário, busca ser um ponto de partida e reflexões para um maior entendimento da conformação do trabalho das psicólogas/os nas políticas sociais.

## MÉTODO

Contamos com um território nacional que possui vinte e seis Estados e um Distrito Federal, divididos em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste), com diferenças e aproximações em relação aos seus Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e seus aspectos culturais, sociais, geoeconômicos, entre outros. Cabe, portanto, justificar a escolha de um recorte geográfico tão específico entre os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. Tal escolha adveio de uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), que busca promover a formação de pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento, através de parcerias acadêmicas, projetos e intercâmbios científicos entre diversas instituições de ensino superior. É importante dizer também que a comparação entre as duas realidades pode permitir apreender tanto as particularidades de cada uma dessas realidades (em contraste uma com a outra), como as tendências gerais a que estão submetidas. Além disso, RN e RS são justificáveis pelos modelos distintos como lidam com a vinculação da força de trabalho nas políticas sociais (um priorizando concursos - RN - e outro terceirização - RS).

Na realização desta pesquisa, utilizamos estratégias metodológicas que a caracterizaram como descritiva, comparativa e de caráter exploratório (Barros &Lehfeld, 2007; Gil, 2008; Perovano, 2014 & Gonçalves, 2014). O instrumento elaborado para alcance

dos objetivos propostos foi um questionário construído a partir de cinco indicadores de precarização social do trabalho no Brasil, o qual foi estruturado em três partes: 1º) identificação do perfil sócio-demográfico das/os profissionais; 2º) dados sobre a instituição/equipamento em que o profissional trabalha; e 3º) questões abertas e fechadas sobre os indicadores de precarização social do trabalho.

O caráter exploratório do presente estudo visou o levantamento de uma amostra de conveniência não-probabilística (Mattar, 2014), constituída por psicólogas/os residentes nos Estados do RS e RN que estivessem adimplentes com o Sistema Conselhos, aptas/os legalmente a exercer a profissão nos respectivos Estados pesquisados, e exercendo a profissão no âmbito das políticas sociais, podendo estar alocadas/os em instituições públicas (gratuitas, não estatais) e/ou privadas (filantrópicas, pagas e com fins lucrativos) (Pfeifer, 2014).

O questionário foi disponibilizado on-line durante dois meses (31/06/2017 a 31/08/2017) e contou com o apoio dos Conselhos Regionais de Psicologia do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte (CRP 07 e CRP 17, respectivamente) na divulgação da pesquisa, via redes sociais (facebook e whatsapp) e pelo site oficial dos Sistema Conselhos. Os dados coletados foram inseridos no programa *StatisticalPackage for the Social Sciences*(SPSS) for Windows ver. 15 e submetidos à análises correlacionais e comparativas que exploraram as aproximações e os distanciamentos dos indicadores de precarização do trabalho nas políticas sociais nos Estados RS e RN.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados são dispostos através de gráficos, tabelas e discussões fundamentadas nas variáveis de precarização do trabalho nas políticas sociais dos Estados pesquisados. Como base de apoio, foram utilizados estudos que fazem parte da tradição em pesquisar a

conformação da profissão desde sua regulamentação, juntamente com pesquisas sobre o cenário social do trabalho em âmbito nacional.

Inicialmente, será apresentada a caracterização geral das/os psicólogas/os atuantes no campo das políticas sociais nos estados do RS e RN, de acordo com as variáveis: gênero, idade em faixas etárias, estado civil, cor e renda familiar. Em seguida, as informações relativas à formação e a atuação profissional: caráter da instituição de conclusão de curso, tempo de formação como psicóloga/o, cargo ocupado nas políticas sociais e possíveis formações e capacitações. Por fim, trataremos dos IPST das/os psicólogas/os atuantes nas políticas sociais em quatro capítulos.

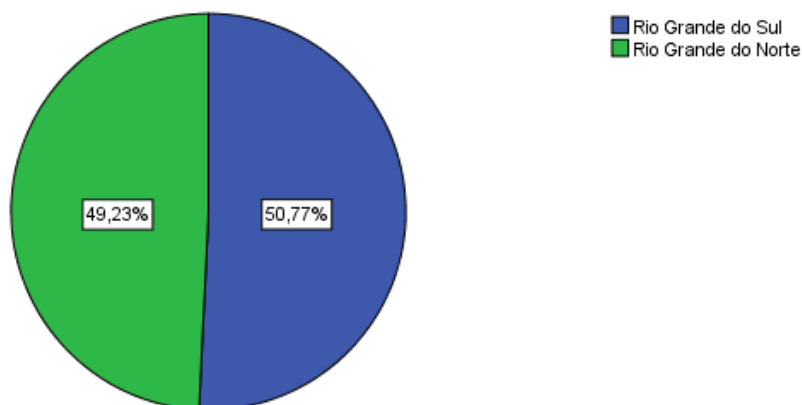
Para efeito de análise comparativa entre os Estados pesquisados, o critério utilizado foi a diferença de 8 pontos percentuais para mais, entre as variáveis estudadas. Com isso, a ênfase crítica recairá, fundamentalmente, sobre as discrepâncias apresentadas, de modo que é possível afirmar desde já, a presença de diferenças na realidade laboral das políticas sociais entre os Estados, o que também será objeto de análise.

Os indicadores “condições e organização do trabalho” e “condições de segurança” foram agrupados em razão de ambos tratarem das condições do trabalho: o primeiro de forma geral, e o segundo de modo mais específico em relação à segurança no ambiente laboral.

## CARACTERIZAÇÃO GERAL

Obtivemos uma amostra total de 130 profissionais psicólogas/os, constituída por 66 psicólogas/os respondentes no RS e 64 no RN, conforme gráfico 1, abaixo:

**Gráfico 1 – Distribuição das/os psicólogas/os respondentes por Estado**



Fonte: dados da pesquisa

Da amostra total, 106 participantes (81,5%) são mulheres, havendo uma minoria de 23 (17,7%) homens e 1 participante que não se enquadra na definição homem ou mulher. Dentre o público feminino, 51,5% estavam na faixa de 21 a 30 anos e 33,8% na faixa entre 31 a 40 anos. Contamos, portanto, com forte presença de mulheres jovens<sup>9</sup> exercendo a profissão nas políticas sociais nos Estados pesquisados. Essa caracterização através da tríade “mulher, jovem e psicóloga” pode ser encontrada na literatura em âmbito nacional e regional (CFP, 1988, 2004, 2013; Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010; Macedo et al., 2011; Seixas & Yamamoto, 2012; Reis & Cabreira, 2013; Leão et al., 2014; Oliveira et al., 2014; Motta, 2015).

Destacamos a obra do “*Quem é a psicóloga brasileira: Mulher, Psicologia e Trabalho*” (CFP, 2013) especialmente seu capítulo intitulado “*As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu*”, o qual discorre sobre o levantamento do perfil das psicólogas brasileiras, pontuando que dos 232 mil profissionais em exercício em todo o país, 88% deles são mulheres, ou seja, a cada dez pessoas exercendo a profissão, nove são mulheres (Lhullier & Roslindo, 2013).

<sup>9</sup> Ainda que o termo jovem carregue forte conteúdo subjetivo, a expressão ora utilizada adotou parâmetro objetivo, considerando jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, da lei 12.852, de 05 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude.

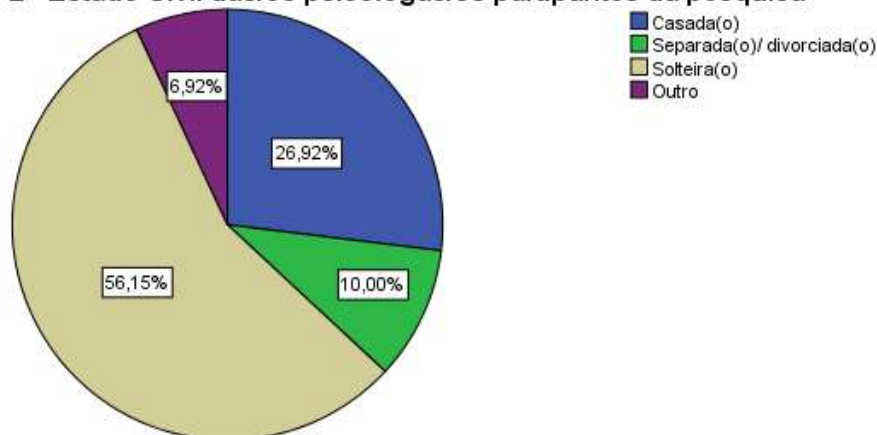


Para tanto, parece-nos fundamental para a discussão do presente estudo a pauta do trabalho feminino. Mais recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) contratou o serviço do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para realizar levantamento de informações sobre a inserção das/os psicólogas/os no mercado de trabalho brasileiro. O estudo evidenciou que o rendimento médio mensal das mulheres que atuam como psicólogas equivale a R\$ 3.497,00, mais de 30% superior ao dos homens psicólogos (R\$ 2.676,00). Porém, quando se avalia o valor da hora trabalhada, as mulheres apresentam rendimento inferior ao dos homens. O rendimento das psicólogas equivale a R\$ 27,76, enquanto o dos psicólogos a R\$ 37,68, ou seja, 36% a mais. “Isso indica que as mulheres têm um rendimento mensal superior ao dos homens por trabalharem mais horas no mês” (DIEESE & CFP, 2016, p. 32).

Existe, então, um fenômeno de precarização do trabalho feminino na Psicologia que deve ser posto como questão, ponto de partida e inquietação para o debate. Bruschini e Lombardi (2001) pontuam que ainda há uma forte presença de mulheres em situações ocupacionais que visam o cuidado e que trabalham para o sustento da família, configurando-se guetos majoritariamente femininos de baixos salários, invisibilidade, desvalorização e precarização. Esse dado permite afirmar que embora a participação feminina tenha aumentado em diversos âmbitos ocupacionais ao longo da história, os fatores culturais e simbólicos de uma sociedade capitalista e patriarcal ainda afetam diretamente a divisão do trabalho e o lugar das mulheres nesse contexto. Além disso, a manutenção da desigualdade de gênero no mercado de trabalho é funcional ao capitalismo por legitimar socialmente o uso precário de uma parcela da classe trabalhadora.

Noutro viés, em relação ao estado civil, a amostra total da pesquisa revelou que 56,2% são solteiras/os, ao passo que as/os demais respondentes (43,8%), dividiram-se entre casadas/os (29,9%), separadas/os (10%) e união estável (6,9%), conforme gráfico 2, a seguir:

**Gráfico 2 - Estado Civil das/os psicólogas/os participantes da pesquisa**



Fonte: dados da pesquisa

Dentre as/os solteiras/os, 73,9% indicaram renda familiar mensal entre 1 a 6 salários mínimos (SM), o que representou uma variação, em valores nominais à época da pesquisa, de R\$ 937,00 a R\$ 5,622,00<sup>10</sup>, refletindo a condição de vida e subsistência de mais da metade da amostra de solteiras/os. Isso reflete, a manutenção da desigualdade de gênero no mercado de trabalho que é funcional ao capitalismo por legitimar socialmente o uso precário de uma parcela da classe trabalhadora. Destacamos ainda, que 31,5% das solteiras/os afirmaram sobreviver com renda familiar entre 1 a 2 SM, 21,9% com renda familiar de 3 a 4 SM e 20,5% com renda familiar de 5 a 6 SM.

Já as/os trabalhadoras/es casadas/os possuem uma maior concentração da renda, entre 3 a 12 SM. As/os que convivem em união estável sinalizaram renda entre 5 a 6 SM e o separadas/os entre 1 a 4 SM, a demonstrar que os maiores rendimentos familiares são quando as psicólogas/os constituem matrimônio e/ou união estável.

Foi possível identificar, também, que a maioria das/os participantes são brancas/os, o que representou 76,9% das/os investigadas/os. As/os 22,3% restantes dividiram-se entre pardas/os (13,1%) e negras/os (9,2%).

<sup>10</sup> O salário mínimo foi reajustado para R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), a partir de 1º de janeiro de 2017, pelo Decreto 8.948, de 29 de dezembro de 2016, época que foram coletados os dados da pesquisa.

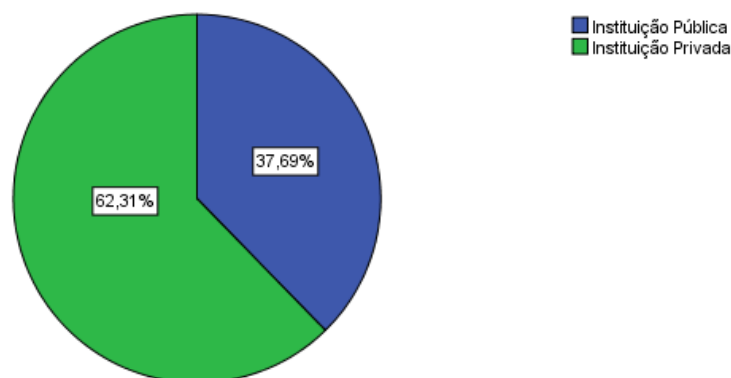
Na questão racial, encontramos um pequeno, mas evidente, distanciamento entre os Estados pesquisados. O RS apresentou parcela menor de participação de psicólogas/os negras/os (6,1%) e pardas/os (3,0%) em relação ao RN, que contou com a participação de (23,4%) psicólogas/os negras/os e (12,5%) psicólogas/os pardas/os. Essa questão pode ser justificada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população de pardos e negros é mais expressiva nos Estados da região Nordeste e no Norte do Brasil, com “destaque para a Bahia, onde há 17,1% de pessoas que se declaram de cor ou raça preta, o que corresponde a cerca de 2,4 milhões de pessoas” (IBGE, 2011, p.78).

De acordo com recente levantamento desenvolvido pelo DIEESE e pelo CFP, em 2016, a Psicologia contava com 24.162 psicólogas/os negras/os atuante no território nacional, configurando uma parcela ainda inexpressiva de 16,5% em relação aos 83,5% de psicólogas/os não negras/os.

As instituições ensino superior públicas e privadas no Brasil (re)produzem discriminações de classe, étnico-racial e espacial, provenientes da dinâmica social do racismo, por isso, a pouca representatividade da população negra nas universidades e, conseqüentemente, nos cursos de Psicologia.

## FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Quanto à formação acadêmica, as/os profissionais respondentes são majoritariamente oriundas/os de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, o que representou 62,3% da amostra total, conforme gráfico 3, infra:

**Gráfico 3 - Instituição de formação das/os psicólogas/os do RS e RN**

Fonte: dados da pesquisa

O Rio Grande do Sul apresentou uma predominância de profissionais com formação em IES privadas (71,2%), semelhante à situação nacional (Yamamoto, Souza & Zanelli, 2010). De acordo com Yamamoto *et al.* (2010), nos últimos 20 anos houve uma notável expansão do ensino superior no país, em especial o do sistema múltiplo da rede privada, ou seja, uma predominância de estudantes de Psicologia titulados na rede privada.

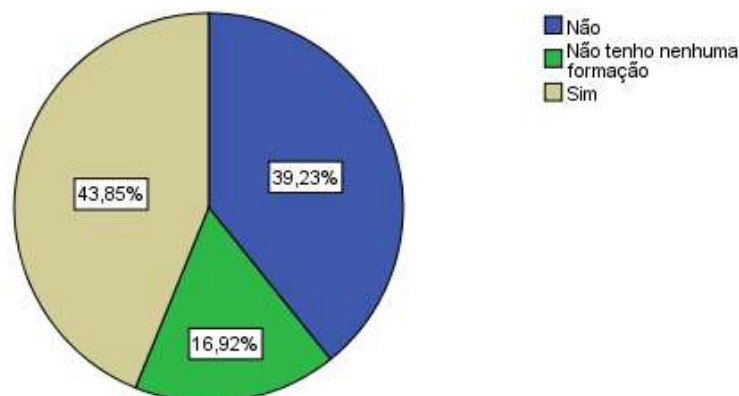
Ainda que as instituições privadas tenham sido as maiores responsáveis pela formação das/os participantes da pesquisa, ao analisar a situação das/os psicólogas/os potiguares, isoladamente, identificou-se que 46,9% são oriundas/os de IES públicas e 53,1% de IES privadas, notabilizando, com isso, uma aproximação maior entre as instituições. Nesse particular, o estudo de Seixas e Yamamoto, realizado em 2012, com psicólogas/os potiguares atuantes nas políticas sociais no Estado do RN, verificamos que 70% das/os profissionais pesquisadas/os eram egressos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ainda assim, os autores previram uma inversão desse quadro, uma vez que já existiam, na época da referida pesquisa, três IES privadas ofertando o curso de Psicologia, “todas com uma quantidade igual ou superior de alunos comparado à UFRN” (Seixas & Yamamoto, 2012, p. 480).

Aferimos que a amostra constituída por 64 psicólogas/os potiguares não constatou a inversão total do quadro como previsto por Seixas e Yamamoto (2012), e sim uma aproximação quase uniforme do sistema público e privado, com prevalência do privado.

Quanto à formação complementar, observou-se que 82,9% das/os psicólogas/os optaram por algum curso de pós-graduação: 56,9% especialistas, 23% são mestres e 3% doutores. As/Os 16,9% remanescentes informaram possuir tão somente capacitações.

Destacamos a pós-graduação *lato sensu* (especialização) como a mais frequente entre as/os profissionais, modalidade essa essencialmente profissionalizante. Outro dado relevante refere-se a qual área situa-se a formação complementar dessas/es profissionais: 43,8% das/os psicólogas/os disseram ter realizado suas formações no campo das políticas sociais, 39,2% em outras áreas.

**Gráfico 4 - Formação no campo das políticas sociais**



Fonte: dados da pesquisa

Esse dado revela transformações em comparação às pesquisas anteriores (Mello, 1975; CFP 1988, Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010; Yamamoto & Costa, 2010), unânimes em constatar a predominância da clínica na formação complementar das/os psicólogas/os brasileiras/os, mesmo entre as/os que escolhem trabalhar com as políticas sociais.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) ganharam destaque entre os locais de atuação das/os psicólogas/os respondentes da pesquisa, contabilizando 54,6% da amostra total. Esse dado pode indicar que há uma maior atenção da academia ou das instituições formadoras na promoção da qualificação nessas áreas de atuação nas políticas sociais. Os demais equipamentos dividem-se entre Centros de atenção Psicossocial (CAPSi e CAPS AD II), Acolhimento Institucional, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro *POP*), Atenção Básica, Estratégia da Saúde da Família (ESF), hospital público, Poder Judiciário, rede de educação, entre outros.

Ao analisar os locais de atuação e seu órgão competente, obteve-se uma representação das principais áreas de atuação das/os profissionais da amostra: 74,5% estão na assistência social, 17,6% estão na saúde, 2,3% na educação e 1,5% no Poder Judiciário, o que contrasta com os dados nacionais, segundo pesquisa promovida pelo CFP, em parceria com o Instituto Ethos (Lhullier&Roslindo, 2013). Esse estudo revelou que 45% das/os psicólogas/os concentram sua força de trabalho na área da saúde, 10% na área da assistência social, 12% na educação e iguais 12% na área organizacional. Os 21% restantes, concentram suas atividades profissionais em outros ramos.

Pode-se dizer que o setor da Assistência Social destacou-se de maneira indelével entre as demais na presente pesquisa, inclusive saindo do status de rivalidade com o campo da saúde, quadro esse por muito tempo figurado nas políticas sociais (Oliveira et al., 2004).

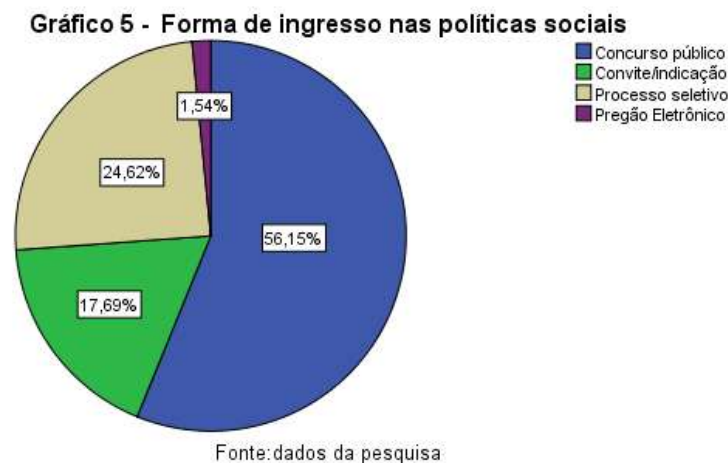
INDICADORES DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA/O PSICÓLOGA/O  
NAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS ESTADOS DO RS E RN

AS FORMAS AVILTANTES DE MERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Druck (2013) e Druck e Franco (2008) pontuam que as formas de mercantilização da força de trabalho geram uma vulnerabilidade estrutural do trabalho, a qual reforça e reorganiza o processo precário de inserção dos/as trabalhadores/as em condições de assalariamento disfarçado ou explícito, informalidade, subcontratações, terceirizações, e, conseqüentemente, a perda de direitos sociais e trabalhistas em todos os setores e regiões do território nacional.

Portanto, nosso interesse, foi identificar as formas de mercantilização da força de trabalho que as/os psicólogas/os vêm sendo submetidas/os no setor das políticas sociais nos Estados do RS e RN. É importante destacar que o exame isolado de cada uma dessas variáveis não oferece subsídio seguro para a apreciação do contexto de mercantilização da força de trabalho. Maior nitidez na análise desse quadro é alcançada quando esses dados são analisados conjuntamente.

Em relação à forma de ingresso das/os psicólogas/os nas políticas sociais, o gráfico 5, abaixo, sintetiza os dados coletados:



Pode-se observar que a maioria das/os psicólogas/os, 56,1%, são concursadas/os, e os 43,9% restantes ingressaram via convite/indicação, processo seletivo e pregão eletrônico, que são sinônimos de contratos temporários, com regime de trabalho instável e sem garantias. Em que pese a maior parte das/os investigadas/os terem ingressado nas políticas sociais através de

concurso público, sua remuneração concentra-se, em grande parte, entre 1 a 4 SM, o que representa 75,3% dessas/es profissionais. Outro dado relevante é a quantidade de vínculos que as/os profissionais que ingressaram nas políticas sociais, através de concurso público, possuem. Desse universo, 43,8% referiram possuir mais de 1 vínculo de trabalho.

Merece destaque à forma de ingresso via “convite/indicação”, visto que somente 4 das/os profissionais no RS (6,1%) ingressaram através dessa modalidade de contratação. Em contrapartida, 19 profissionais do RN (29,7%) indicaram ter recebido “convite/indicação” para trabalhar no campo das políticas sociais, o que caracteriza uma informalidade maior dos vínculos empregatícios para as/os psicólogas/os potiguares.

Essas formas de contratação, mesmo que legitimadas do ponto de vista jurídico, denotam a adoção, por parte do Estado, de uma postura mercantilista e exploratória da mão de obra, própria do regime neoliberal. Outro determinante é a relação de trabalho assalariada que passa ter para o capital um valor de venda e compra da força de trabalho, o que influencia diretamente sobre as questões de autonomia e limites que comportam uma ação com dimensão política (Iamamoto, 2000).

Em relação à jornada de trabalho das/os pesquisadas/os, a amostra total revelou que 34,6% dessas/es psicólogas/os realizam jornada de trabalho semanal de 40 horas, e os demais entre 30 horas (31,6%) e 20 horas (28,5%). Em relação aos concursados, 68,4% afirmaram trabalhar acima de 30 horas semanais.

No que concerne a particularidade da jornada de trabalho entre os Estados, constatou-se que os profissionais do RN concentram em grande parte suas horas trabalhadas entre 30 horas (50%) a 40 horas (29,7%), sendo que somente (14,1%) trabalham 20 horas. Já as/os profissionais do RS, concentram sua jornada majoritariamente em 20 horas (42,4%) e 40 horas (39,4%), e somente 13,6% trabalham 30 horas. Com isso, é possível verificar que as/os psicólogas/os sul-rio-grandenses apresentam uma concentração maior da jornada em 20 horas

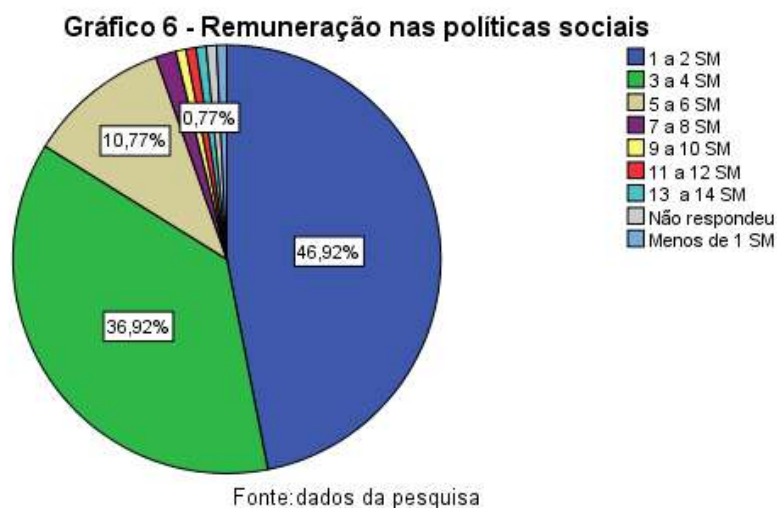


(42,4%), enquanto que metade das/os norte-rio-grandenses pontuaram trabalhar 30 horas (50%).

O CFP, em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (FenaPsi), realizou ações e campanhas no sentido de agilizar os trâmites de aprovação do projeto de lei nº 769/2015, que dispõe sobre a unificação da jornada de trabalho laboral em 30 horas semanais e piso salarial de R\$ 4.800,00. Em março de 2015, o Projeto de Lei foi barrado na Câmara dos Deputados e não seguiu para aprovação no Congresso Nacional.

Com isso, o ideário social do serviço público, como fonte de estabilidade e ganhos elevados, inclusive de reconhecimento social, assume outra roupagem no contexto do trabalho da/o psicóloga atuante nas políticas sociais do setor público.

O panorama geral dos rendimentos das/os psicólogas/os é resumido no gráfico 6, a seguir:



Conforme gráfico 6, supra, a concentração de renda da amostra geral está dividida entre 1 a 2 SM (46,9%), de 3 a 4 (36,9%) e 5 a 6 SM (10,7%), contabilizando um total de 94,5% de profissionais que recebem entre 1 a 6 SM nas políticas sociais.

Já na apreciação dos rendimentos por Estado, identificamos diferenças significativas salariais. Destacamos que os 10,7% do gráfico acima correspondem exclusivamente aos profissionais do RS que auferem renda entre 5 a 6 SM, inexistindo profissionais no RN com renda nessa faixa de concentração.

Da amostra do RS, 25,8% afirmaram receber de 1 a 2 SM, (45,5%) de 3 a 4 SM, (21,2%) entre 5 a 6 SM e os demais (7,4%) recebem 7 a 14 SM. No que tange à remuneração das/os profissionais do RN, verificamos que 68,8% recebem entre 1 a 2 SM, (28,1%) entre 3 a 4 SM, (1,6%) de 7 a 8 SM, sendo que o 1,6%, restante, corresponde a renda mensal inferior a 1 SM. Percebe-se que a concentração maior dos rendimentos advindos das políticas sociais no RS recai entre 3 a 4 SM e para as/os psicólogas/os do RN está circunscrito entre 1 a 2 SM, o que significa dizer que as/os psicólogas potiguares trabalham mais horas e recebem menos.

No sentido de agregar e articular maiores informações aos dados já mencionados, novas discrepâncias entre os Estados foram identificadas, agora em relação ao recebimento de adicionais, por tempo de serviço, produtividade e qualificação/titulação, bem como nas questões relativas ao recebimento de auxílio/assistência alimentar, transporte, moradia, médica/hospitalar, plano de saúde, odontológica, creche e previdência privada.

Em um panorama geral da amostra, 69% das/os psicólogas/os estão descobertos de qualquer assistência, seja ela alimentar, médica, transporte e previdência. Além disso, 71,5% das psicólogas/os não recebem adicionais/acréscimo salarial.

Infere-se, no entanto, que 90,6% da amostra do RN advertiram não receber adicionais como “tempo de serviço”, “por produtividade”, “por titulação/qualificação”, ao passo que 53% das psicólogas sul-rio-grandenses não recebem adicionais, ou seja, somente 9,4% psicólogas/os do RN recebem adicionais, enquanto 47% das/os profissionais do RS possuem adicionais em sua remuneração.

Nas questões relativas à assistência, novamente as/os psicólogas/os norte-rio-grandenses são as/os maiores aviltadas/os. Dentre essas/es, somente 5,2% recebem assistência, a qual está restrita a auxílio transporte, de modo que as/os 95,3% restantes estão descobertas/os de quaisquer benefícios nesse sentido, dado esse preocupante. Já no RS o panorama é diverso, evidenciando-se que 60,6% da amostra local informou receber auxílios, sejam eles alimentação (40,9%), transporte (6,1%), previdência privada e assistência médica (3%) e outros (6,1%), como auxílio farmácia, adiantamentos salariais, bem como as combinações entre auxílios “alimentação, seguro de vida e odontológico”, “alimentação e transporte” e “alimentação, transporte, assistência medica e odontológica”.

Pesquisas pioneiras<sup>11</sup> sobre a conformação da Psicologia no território brasileiro já apontavam indícios de fragilidade, privação, frustração, insegurança e incertezas crônicas em relação ao trabalho oferecido aos profissionais psicólogas/os. Não obstante a pesquisa restringir-se a dois Estados da federação, os dados coletados sinalizam a degradação das condições de mercantilização da força de trabalho da Psicologia.

Tendo em vista as informações prestadas pelas/os profissionais norte-rio-grandenses, como sua forma de ingresso nas políticas sociais, remuneração nos equipamentos do Estado, jornada de trabalho, adicional salarial e direito assistencial, foi possível constatar que a relação de compra e venda da força de trabalho das/os psicólogas/os do RN sofrem maiores aviltamentos e violências por parte do Estado.

---

<sup>11</sup> O primeiro estudo de abrangência nacional sobre a profissão da/o psicóloga/o no Brasil foi desenvolvido em 1980 pelo Conselho Federal de Psicologia e originou-se o livro “Quem é o psicólogo brasileiro?”, o qual foi publicado em 1988 e passou a ser referência importante na área. O segundo estudo foi realizado 20 anos depois, nos anos de 2006 e 2008, por iniciativa do GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEEP). Em 2010, foi lançado o livro: “Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil”, organizado por Yamamoto e Costa. No capítulo 13 dessa obra, intitulado “*O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas?*” os autores Bastos, Gondim e Borges-Andrades realizam um estudo comparativo dos possíveis determinantes, permanências e transformações entre os dois estudos antecessores.

## CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Ao examinar o contexto das condições de trabalho precárias, Druck (2013) sintetizou dois indicadores. O primeiro, trata da organização e das condições do trabalho, apontando o deficiente espaço de ação do profissional no ambiente laboral, sendo possível dimensioná-lo a partir do quanto de liberdade as/os trabalhadoras dispõem para organizar sua atividade, elegerem períodos de férias, a possibilidade de participarem das decisões referentes aos processos de trabalho, dentre outros.

Já o segundo, reflete especificamente a fragilização das condições de segurança no trabalho, “através do enfraquecimento de capacitações, informações de riscos e de medidas de prevenção para o coletivo” (Druck, 2013, p. 62). Contudo, não é possível perder de vista que a presente pesquisa teve como foco psicólogas/os atuantes nas políticas sociais, universo seguramente diverso das grandes indústrias e corporações. Com isso, foi imprescindível fazer uma releitura desse indicador, especialmente para readequá-lo ao conceito de segurança no universo das políticas sociais, o que implicou na construção de um questionário voltado para esse ambiente singular, especialmente por sua estrutura física agregar diferentes ações, a exemplo do CRAS, que integra vários programas, serviços de convivência e também outras políticas sociais. Necessita, portanto, de ambiente favorável para o desenvolvimento das ações que integram populações sociodemográficas distintas - mulheres, homens, crianças, jovens e idosos (Castro, 2009).

Nesse contexto, o método empreendido para o levantamento das informações correspondentes a esses indicadores foi a construção de um conjunto de questões majoritariamente fechadas, com escala tipo Likert (“nunca”, “às vezes”, “quase sempre” e

“sempre”)<sup>12</sup>. Os resultados foram agrupados em três eixos: liberdade de ação no local de trabalho, autonomia no modo de trabalhar e as condições de segurança.

A liberdade de ação no local de trabalho compreende a autonomia conferida ao trabalhador/a para descansar e fazer pausas entre as atividades, eleger o período de férias, bem como organizar o horário de trabalho.

No contexto investigado, a maioria das/os participantes (49,2%) informou que “às vezes” podem descansar e fazer pausas entre suas atividades, ao passo que 2,3% informaram “nunca” dispor desse espaço. Dos 48,5% restantes, 18,5% indicaram que essa possibilidade era acessível “quase sempre” e 30%, “sempre”. Com isso, evidencia-se que a concentração das respostas recaiu sobre a alternativa “às vezes”, a denotar uma “permanente inconstância” em sua liberdade de ação no local de trabalho.

A escolha do período de férias foi outro item investigado. Nesse item, 40% dos investigados situaram suas respostas entre as alternativas “quase sempre” (16,2%) e “sempre” (23,8%). Já os 60% restantes, distribuíram suas respostas entre “nunca” (27,7%) e “às vezes” (32,3%). Em comparação com o item anterior, o número de profissionais que nunca tem a liberdade de eleger o período de férias é substancialmente superior. Ao lado desses profissionais, situam-se aqueles em que essa possibilidade de escolha não está permanentemente disponível, tendo em vista o item “às vezes” ter sido destacado por 32,3% das/os pesquisadas/os. Esses dados revelam que, para a maioria, a escolha do período de férias, direito constitucionalmente assegurado, é mitigada ou nunca ocorre.

Importante sinalizar que a alternativa “nunca tenho liberdade de eleger o período de férias” foi escolhida por 42,2% da amostra de psicólogas/os do RN. Em contrapartida,

---

<sup>12</sup> Importante pontuar que a pesquisa adotou critério diferenciado em relação à definição do horário de trabalho. Ao serem questionadas/os se o horário de trabalho era definido pela Secretaria, as/os participantes podiam optar entre as seguintes respostas: “sim, sem possibilidade de alteração”, “sim, com possibilidade de alteração”, “é inteiramente determinado por você” e “combinado entre você e colegas”.

somente 13,6% da amostra do RS sinalizaram “nunca” ter essa possibilidade, o que sinaliza uma maior autonomia das/os profissionais do RS na escolha do período das suas férias.

Por fim, em relação à “definição do horário de trabalho”, somente 2,3% das/os investigadas/os da amostra geral responderam ter liberdade total de escolha. Salienta-se que a alternativa “é inteiramente determinado por você” foi assinalada somente por psicólogas/os do RS. 14,6% responderam que essa escolha era compartilhada entre os colegas, nesse item obtivemos paridade entre os dois estados.

Contudo, 83,1% da amostra total disseram não participar da escolha do horário de trabalho, função relegada à chefia ou secretaria. Dentre essas/es, 35,4% referiram não ter a possibilidade de alterar a jornada de trabalho, sendo que os demais (47,7%) mencionaram tal possibilidade.

No comparativo entre os Estados, 28,8% das/os pesquisadas/os gaúchas/os afirmaram que o horário de trabalho era definido pelo Equipamento, sem possibilidade de alteração, ao passo que essa alternativa foi assinalada por 42,2% das/os profissionais potiguares, o que revela maior rigidez na definição do horário nas políticas sociais no RN.

O segundo eixo focaliza a autonomia no modo de trabalhar, compreendendo a possibilidade de a/o trabalhador/a eleger o ritmo de trabalho, o método e a ordem das tarefas e a imposição do cumprimento de prazos e metas em ritmo acelerado.

No item “possibilidade de eleger o ritmo de trabalho”, a maioria das/os participantes (49,2%) informou que “às vezes” podem eleger o ritmo de trabalho, ao passo que 8,5% indicaram “nunca” poder elegê-lo. Das/os 42,3% restantes, 17,7 sinalizaram ter a possibilidade de determinar a cadência do seu trabalho “quase sempre” e 24,6%, “sempre”. Assim, a concentração das respostas incidiu sobre a alternativa “às vezes”, o que aponta para uma condição de autonomia variável: ora é possível eleger o ritmo de trabalho, ora se torna improvável.

Ainda no item “ritmo de trabalho”, observou-se que as/os psicólogas/os do RN têm possibilidades menores de eleger o andamento de suas atividades, quando em comparação com as profissionais do RS. Dentre aquelas/es do RN, 15,6% escolheram a alternativa “nunca”, enquanto somente 1,5% das/os participantes do RS consideraram não ter essa possibilidade de escolha.

A imposição do cumprimento de prazos e metas em ritmo acelerado pela chefia do equipamento/secretaria foi outra questão investigada. Nesse ponto, 87,7% das/os investigadas/os situaram suas respostas entre as alternativas “às vezes” (46,9%) “quase sempre” (20,8%) e “sempre” (20%). Já as/os 12,3% restantes, pontuaram “nunca” sofrerem imposições nesse quesito. Denota-se, com isso, expressiva imposição da chefia no cumprimento de prazo e metas em ritmo acelerado.

Em relação à autonomia das/os psicólogas/os em modificar e/ou definir os métodos de trabalho e a ordem das suas tarefas, apuramos que somente 3,1% das/os psicólogas/os marcaram a alternativa “nunca”. Já 44,6% das/os profissionais pontuaram possuir autonomia para escolher o método e a ordem das tarefas somente “às vezes”. E as/os demais, distribuíram suas respostas entre “quase sempre” (26,9%) e “sempre”, (25,4). Em suma, 52,3% (mais da metade das/os respondentes) têm autonomia em eleger os respectivos métodos de trabalho e ordenamento de suas tarefas.

Esse dado aparentemente indica uma ruptura de similaridade com os resultados apresentados nos itens anteriores e, em certa medida, um relativo avanço no processo de autonomia das/os profissionais dos profissionais. No entanto, ao examinar o item “método e ordenamento das tarefas”, verificou-se tratar da particularidade da atividade e atuação profissional, conhecimento técnico e formativo da/o profissional para eleger as prioridades de atendimento, as técnicas e a metodologia a serem implementadas nas situações vividas no cotidiano do equipamento/secretaria. Como já mencionado, 44,6% das/dos profissionais

podem somente “às vezes” desenvolver suas atividades utilizando-se dos recursos metodológicos e técnicos apropriados às situações de trabalho.

Contudo, quando analisado as respostas por Estado, identificamos que as/os psicólogas/os gaúchas/os possuem uma autonomia mais sazonal e contínua na execução do seu trabalho comparado aos profissionais potiguares. Da amostra do RS, 66,7% da amostra do RS dividiram suas escolhas entre “quase sempre” (40,9%) e “sempre”, (25,8%). O restante, 33,3% dividiram-se entre “às vezes” (31,8%) e “nunca”, (1,5%) tenho liberdade para escolher o método e a ordem das tarefas. Conquanto, somente 37,5% das/os psicólogas/os potiguares assinalaram ter autonomia “quase sempre” (12,5%) e “sempre”, (25%). Grande parte de suas respostas foram concentradas na alternativa “às vezes”, (57,8%).

Esse conjunto de informações expõe ainda mais a condição de subjugação sofrida pela categoria, e as tensões advindas das incertezas de poder ou não eleger sua forma de trabalho é mais presente entre as/os profissionais do RN.

Como mencionado anteriormente, agrupamos a síntese dos resultados provenientes das condições e organização do trabalho em três eixos. A seguir, serão apresentadas as condições de segurança no trabalho afigurando o terceiro eixo desta análise.

Com o fim de melhor compreender as condições de segurança no universo das políticas sociais, readequamos alguns aspectos desse indicador, agregando a ele itens relativos ao espaço físico do equipamento/secretaria onde as/os psicólogas/os desenvolvem suas atividades.

Ao examinar se “o espaço físico do equipamento propicia desconforto e/ou tensões entre a equipe de trabalho em relação às atividades a serem desenvolvidas”, averiguamos que 85,4% das/os respondentes distribuíram suas respostas entre as alternativas “às vezes” (57,7%), “quase sempre” (16,2%) e “sempre” (23,8%). Já os demais (14,6%), apontaram que o espaço físico do seu local de trabalho “nunca” causou desconforto entre a equipe. Esse dado



sinaliza a inadequação dos espaços físicos para execução e aprimoramento das atividades inerentes das políticas sociais.

Somado a isso, identificamos que “os materiais de serviço, mobiliário, equipamentos e veículos disponíveis nos locais de trabalho” são insuficientes para grande parte das/os psicólogas/os, no que tange à realização de suas atividades profissionais. Do total de participantes da pesquisa, 76,9% distribuíram suas respostas entre as alternativas “nunca” (30%) e “às vezes”, (46,9%). E somente, 4,6% disseram ter a sua disposição materiais de serviço adequados e suficientes.

Averiguamos também, que as/os profissionais norte-rio-grandenses têm menos recursos materiais disponíveis nos locais que atuação. Da amostra do RN, 42,2 revelaram “nunca” existir recursos materiais suficientes, Enquanto, somente 18,2% das psicólogas sul-rio-grandenses expressaram “nunca” ter a disposição recursos suficientes. Já a alternativa somente “às vezes” apresentou paridade entre as/os profissionais do RS e RN.

Quanto à “estrutura física/arquitetônica do local de trabalho”, perguntamos às/aos profissionais se haveriam riscos de desabamento, rachaduras e instalações precárias, e o quanto de segurança a estrutura física do seu local de trabalho proporcionava. Verificamos que 56,9% dos participantes sentem-se “quase sempre” (23,8%) e “sempre”, (33,1%) seguros em relação à estrutura física do seu local de trabalho. Das/os 43,1% remanescentes, 25,4% escolheram a alternativa “às vezes” e 17,7% explicitaram “nunca” sentir-se seguras/os em relação à estrutura física /arquitetônica do seu local de trabalho. À denotar que existe certa segurança, ainda que relativa, em relação a estrutura física dos equipamentos onde as/os psicólogas/os estão alocadas/os.

Os dados acima discriminados explicitam um quadro de deterioração da estrutura física dos locais de trabalho e insuficiência dos materiais de serviço e do mobiliário disponibilizado aos profissionais para o trabalho. Com toda a certeza, esse quadro “*das*

*condições de segurança*”reflete de maneira privilegiada as refrações da questão social brasileira com desvios dos direitos sociais, diminuição do investimento público para o setor social e com a refuncionalização neoliberal das políticas sociais, que se caracterizam pela precarização em todos os âmbitos (Yamamoto, 2007 & Yamamoto e Oliveira, 2010).

Esse desenho tem como estatuto inaugural, as novas formas de gestão do trabalho que produzem uma demanda constante de captura dos/as trabalhadores/as: dos seus gestos, do seu corpo, da sua inteligência, da sua capacidade de refletir, interpretar, reinventar e reagir às situações de trabalho (Dejours, 2004, 2011). Com efeito, é possível apontar que a alternativa “às vezes” integrante do conjunto de alternativas (“nunca”, “quase sempre” e “sempre”) foi a mais escolhida entre as/os participantes da pesquisa a representar um cenário de incertezas e instabilidades quanto à autonomia e o gerenciamento do seu próprio trabalho no campo das políticas sociais.

Em suma, os três eixos: “liberdade de ação no local de trabalho”, “autonomia no modo de trabalhar” e “condições de segurança” integrantes do indicador “*condições e organização do trabalho no campo das políticas sociais*” apresentaram discrepâncias entre os Estados pesquisados.

Cada eixo constitui-se de 3 itens, totalizando 9 itens de análise. Dentre esses, 5 apresentaram diferenças significativas, quais sejam: “eleger o período de férias e organizar o horário de trabalho”, “eleger o ritmo de trabalho e o método e a ordem das tarefas”, e por fim, a insuficiência dos “ materiais de serviço, mobiliário, equipamentos e veículos disponíveis nos locais de trabalho”, sendo as/os psicólogas/os do RN as/os mais prejudicadas/os e fragilizadas/os quanto a organização e condição de trabalho.

## NAS QUESTÕES DE FRAGILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO E VIOLÊNCIAS

A particularidade desse indicador está em tratar das condições de reconhecimento e valorização simbólica dos/as trabalhadores/as no processo de construção da identidade individual e coletiva. Melhor dizendo, trata das dimensões degradantes agenciadas pelo capital através da ausência de reconhecimento social do trabalho, gerando diferentes formas fenomênicas de invisibilizar a violência praticada pelas organizações.

Druck (2013) utiliza-se de conceitos como a “banalização da injustiça social” (Dejours, 2005, 2011), a corrosão do caráter (Sennett, 2011), a fragilização da dimensão ética, da auto-estima e dignidade dos trabalhadores (Seligmann-Silva, 1995, 2001) para fundamentar o presente indicador.

A metodologia empreendida para o levantamento das informações foi a mesma do capítulo anterior: um conjunto de questões majoritariamente fechadas, com escala tipo Likert (“nunca”, “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”). Os resultados do indicador foram agrupados em dois eixos: o enfraquecimento do reconhecimento social do trabalho da/o psicóloga/o e violências: conteúdos e formas.

Em vista disso, iniciaremos a apresentação dos dados a partir do eixo “*o enfraquecimento do reconhecimento social do trabalho da/o psicóloga/o*”, que trata da percepção das/os profissionais em relação ao reconhecimento advindo por parte das/os colegas de trabalho e da comunidade usuária do serviço e, por fim, das pessoas que exercem o papel de chefia no equipamento em que trabalham (chefia direta) e daqueles que ocupam função de chefia na secretaria ou órgão que o equipamento está vinculado (chefia indireta).

O reconhecimento por parte das/os colegas configurou-se da seguinte forma: 48,5% das/os psicólogas/os sentem-se reconhecidos pelos pares somente “às vezes”. Em contrapartida, 46,1% psicólogas/os afirmam sentir o reconhecimento por parte das/os colegas

“quase sempre” (19,2%) e “sempre” (26,9%). Apenas 5,4% das/os profissionais “nunca” sentem-se reconhecidas/os pelas/os colegas.

Além disso, identificamos que 33,1% das/os profissionais sentem-se “às vezes” reconhecidos pelas/os usuárias/os. Salienta-se, também, que 63,1% assinalaram que “quase sempre” (26,9%) e “sempre” (36,2%) são reconhecidos pela comunidade usuária dos serviços. Somente 3,8% afirmaram “nunca” sentir o reconhecimento da comunidade usuária.

Pode-se dizer que o reconhecimento por parte das/os colegas de trabalho reveste-se majoritariamente de uma condição de variabilidade e inconstância, ou seja, não há garantias e nenhuma previsão de sazonalidade de um testemunho de reconhecimento por parte das companheiras/os de trabalho nas políticas sociais. Já o reconhecimento proveniente da comunidade usuária dos serviços é percebido pela maioria das/os respondentes como contínuo, frequente e habitual. Sem dúvida, há uma primazia na percepção das/os profissionais pesquisadas/os de que o reconhecimento das/os usuários é mais preponderante do que aquele ofertado pelas/os colegas.

Dando continuidade as apreciações, passamos à questão do reconhecimento prestado aos psicólogas/os pela chefia direta. Em relação às pessoas que exercem o papel de chefia imediata, 43,1% das/dos respondentes identificaram que “às vezes” sentem-se reconhecidas/os por essa chefia, ao passo que 43,9% afirmaram sentir “quase sempre” e “sempre” esse reconhecimento. Somente 13,1% pontuaram “nunca” sentir esse reconhecimento.

No que concerne à chefia indireta, obtivemos o seguinte quadro: 34,6% das/os profissionais sentem-se “às vezes” reconhecidas/os, sendo que 31,5% denunciaram “nunca” notarem reconhecimento das pessoas que exercem tal encargo. 33,9% dividiram-se entre as alternativas “quase sempre” e “sempre”.

Enquanto 44,6% das psicólogas/os afirmam “nunca” terem sido reconhecidas/os pela “chefia direta e indireta”, somente, 9,2% asseguram “nunca” terem sido reconhecidas/os pelos “pares e usuárias/os”. Isso denota a existência de um número maior de profissionais não reconhecidos pela chefia, a denunciar omissão por parte da gestão. Em suma, os profissionais sentem-se mais reconhecidos pelos “pares e usuárias/os”. Dentre esses, quem exerce ações de reconhecimento com maior frequência e regularidades é a comunidade usuária, de modo que as/os colegas de trabalho praticam de forma inconstante e imprevisível.

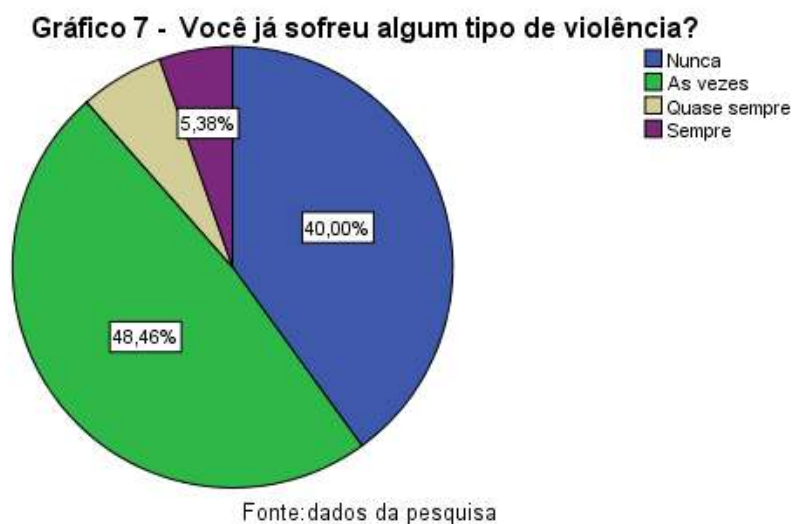
O não reconhecimento por parte da chefia, seja ela direta ou indireta, e as inconstâncias por parte companheiras/os de trabalho abrem um grande precedente de enfraquecimento da força dos/as trabalhadores em negociar, pressionar, apropriar-se e rejeitar regras impostas pela organização (Duarte & Mendes, 2015), além de afetar negativamente o processo de construção da identidade das/os psicólogas/os no campo social e na luta contra o adoecimento (Mendes 2007).

Visando entender melhor a dinâmica do reconhecimento social do trabalho, agregamos outro elemento para discussão, qual seja, os processos de violência nas relações interpessoais no campo do trabalho, tendo em vista que as injustiças sofridas nesse cenário são invisibilizadas e desconsideradas, proliferando um sentimento de abandono e isolamento aos trabalhadores, com profundos impactos sobre sua vida (Merlo, Traesel&Baierle, 2013).

Em relação aos processos de violência no ambiente de trabalho, investigou-se o quanto as/os psicólogas/os se percebem sujeitas/os a assédio moral, perseguições, intimidações, agressões físicas, verbais e psicológicas. Buscou-se também averiguar quais seriam os conteúdos da violência (de gênero, por idade, por nacionalidade, pela cor da pele, pela aparência física) e a frequência com que é praticada.

A primeira questão proposta destinou-se a investigar se as/os profissionais já haviam suportado algum tipo de violência no ambiente laboral. Da amostra de 130 pesquisadas/os,

40% afirmaram nunca ter sofrido nenhum tipo de violência, sendo que as/os 60% restantes situaram suas respostas entre “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”, como ilustra a gráfico 7, abaixo:



Contudo, não obstante 40% dos pesquisados terem afirmado nunca ter sofrido episódio de violência, a questão deve ser examinada com reservas. O Estado tem sido um braço forte na reprodução de um ideário neoliberal, que tem por meta a invisibilidade da classe trabalhadora, e, por conseguinte, das violências estruturais, as quais as/os trabalhadores/as são submetidos/as. Essa invisibilidade tem como fim eclipsar “a geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laboral nas quais ele possa ser realizado” (Antunes, 2013, p.15), produzindo em quem trabalha um sentimento de menos-valia e banalização das violências sofridas.

Quanto às discrepâncias, identificamos que as/os psicólogas/os norte-rio-grandenses são submetidas/os a violência com maior frequência que as/os psicólogas/os sul-rio-grandenses. Enquanto 20,3% das/os respondentes do RN disseram sofrer algum tipo de violência “quase sempre” (10,9%) e “sempre” (9,4%). Somente 3% das/os profissionais do RS escolheram as alternativas “quase sempre” e “sempre”.

Relativamente às/aos psicólogas/os do RS e RN submetidos a algum tipo de violência, quase metade afirmou sofrê-la em razão do cargo ocupado (49,3%). Vale pontuar que os profissionais destacados não ocupam posição de chefia no local de trabalho, ou seja, a violência decorre da própria condição de serem psicólogas/os, refletindo, portanto, o assujeitamento e desvalorização da categoria no campo das políticas sociais. É preciso destacar, ainda, que a forma da violência sofrida, em sua maior parte (58,9%), advém da perseguição da chefia/abuso de poder e assédio moral, o que também denota a intensificação de relações de desigualdade, de poder e de dominação. O gráfico abaixo sintetiza o conteúdo da violência sofrida:

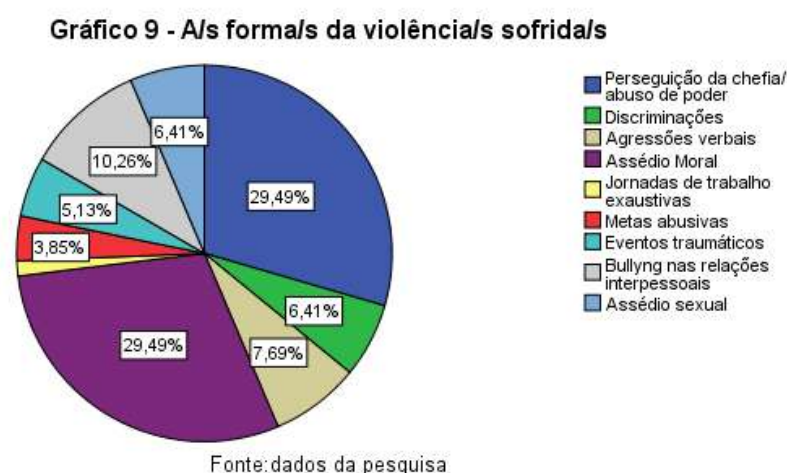


Percebe-se que 13,3% das/dos psicólogas/os elegeram a alternativa “outros”, quando perguntados quais seria o conteúdo da violência. Essa porcentagem em números configurou 10 profissionais, dentre essas/es: 3 são do RS e o conteúdo da violência apontado é pela “postura ideológica”, “por residir e trabalhar em cidades diferentes” e pela combinação de três conteúdos de violência “gênero, idade e aparência física”. As/Os 7 restantes do RN assinalaram conteúdos como “atraso de salários todos os meses”, “insegurança no

equipamento e assalto”, “pelo jeito de ser”, “pressão por parte da comunidade usuária”, por “problemas de saúde” e pela combinação das violências de “gênero, idade e aparência física”.

Diante disso, é possível dizer que as/os profissionais do RN sofrem um conjunto de violências mais expressivo que afetam diretamente sua subsistência podendo produzir uma maior exaustão psíquica e física frente à exposição contínua de violências.

As formas das violências sofridas também variaram entre assédio moral (29,4%), perseguição da chefia/abuso de poder (29,4%) e bullying nas relações interpessoais (10,2%). O gráfico a seguir reflete a/s forma/s de violência/s sofrida/s:



Há, portanto, uma crescente erosão do tecido social do trabalho no âmbito das políticas sociais que tem intensificado a banalização da injustiça social (Dejours, 2001) e produzido diversas patologias sociais cujos sinais podem ser identificados pelos sintomas como a violência, o assédio moral, a solidão e o fracasso do viver junto. A vista disso, as/os psicólogas/os sentem-se muito pouco reconhecidas/os pelas/os colegas e pela sua chefia direta e indireta. Perde-se, portanto, a perspectiva que o trabalho enobreça o trabalhador, sendo que, raramente, alguém será reconhecido pelo seu desempenho profissional (Mendes, 2009 & Traesel, 2014). Esse dado também reflete a posição do trabalho feminino na sociedade

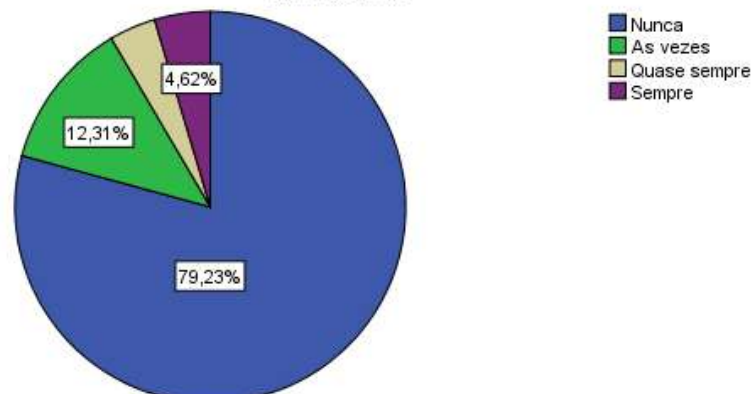


patriarcal que legitima a violência de gênero atrelada a métodos de gestão, bem como a ausência de resistências coletivas que permitam saídas possíveis a esse fenômeno.

### CONDIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CATEGORIA

As configurações atuais de opressão e exploração da classe trabalhadora, caracterizadas pela polivalência das/os trabalhadoras/es, subcontratos, cortes de salários, flexibilização de direitos produzem um evidente enfraquecimento nas condições de representação e de organização sindical (Druck 2013, Amorim, 2013). A partir disso, coloca-se em debate a efetivação da força sindical da Psicologia frente a esse fenômeno complexo e que tem afetado as condições de empregabilidade da categoria, enquanto integrante da classe trabalhadora brasileira.

**Gráfico 10 - Representatividade do/s Sindicato/s na luta por melhores condições de trabalho**



Fonte: dados da pesquisa

Ao perguntar aos profissionais psicólogas/os sobre a representatividade dos Sindicatos de Psicologia nos seus respectivos Estados, obtivemos uma porcentagem de 79,2% de profissionais que “nunca” sentem-se representadas/os pelos sindicatos da categoria, 12,3% disseram que as “vezes” acontecem situações de representação e os demais, sentem-se “quase sempre e “sempre” representadas/os (8,4%), a demonstrar uma crise da representatividade sindical também na categoria profissional da Psicologia confirmando o que inúmeros estudos

(Druck, 2013 Antunes, 2006 Alves 2006, Netto & Braz, 2012) vêm apontando sobre o enfraquecimento sindical brasileiro em consequência do avanço global neoliberal e de suas estratégias de precarização total do trabalho.

Os órgãos de Classe fazem parte da história da Psicologia enquanto classe trabalhadora, com isso, o fortalecimento e/ou enfraquecimento da representatividade permite sinalizar possíveis desmanches no coletivo da classe. Parece-nos fundamental que o CFP e os CRP dos Estados do RS e RN e estejam atentos e preocupados com a realidade laboral ofertada aos psicólogos/as atuantes nas políticas sociais. Como cediço, a atuação desses órgãos é direcionada para a regulamentação, fiscalização e orientação da profissão, o que, ao menos em tese, pressupõe o conhecimento da realidade laboral dos profissionais atuantes nas políticas sociais.

Ainda que o CFP e os CRP não desempenhem função sindical, na busca de melhores condições de trabalho para a categoria, nas diferentes frentes de ação, se faz necessário ações mais efetivas, frente à fragmentação de direitos trabalhistas no cenário atual, e a reveladora precarização social do trabalho, e especialmente pelo fato de 79,1% afirmarem não se sentirem representadas/os pelos respectivos sindicatos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a síntese das análises dos Indicadores de Precarização Social do Trabalho, ante a expressividade dos dados apurados, impõe à breve e necessária retomada dos objetivos da pesquisa, como forma de cimentar as conclusões. Buscou-se identificar as formas de mercantilização da força de trabalho; caracterizar as condições de segurança e organização do trabalho; investigar como a categoria profissional percebe o reconhecimento social da profissão por parte da comunidade usuária dos serviços, das/os colegas e chefia; analisar de que modo as/os psicólogas/os percebem a representação e a organização sindical da categoria

profissional; e averiguar a existência de discrepâncias entre IPST entre os Estados pesquisados.

Quanto às formas de mercantilização da força de trabalho das/os psicólogas/os foi possível identificar inserções precárias, frágeis do ponto de vista da garantia de direitos, aviltamento das/os trabalhadoras/es através de contratos temporários, terceirizados e, até mesmo, pregões eletrônicos como instrumento de compra da força de trabalho nas políticas sociais.

Dentre as/os respondentes da pesquisa, mais da metade, ingressou nas políticas sociais via concurso público, o que não representa fonte de estabilidade absoluta e ganhos elevados, a verificar que muitas/os ganham entre 1 a 4 SM, de modo que, parcela considerável das/os respondentes, mesmo concursadas/os possuem mais de 1 vínculo de trabalho. No que tange, a forma de ingresso via “convite/indicação”, as/os psicólogas/os potiguares são as/os mais contratadas/os nessa modalidade, indicando uma maior fragilização dos vínculos de trabalho. Outra questão merecedora de relevo é o desnível salarial entre as profissionais atuantes nas políticas sociais nos Estados investigados. As/os psicólogas/os gaúchas/os concentram seus rendimentos entre 3 a 4 SM, ao passo que as/os potiguares entre 1 a 2 SM.

As condições de organização e segurança no ambiente laboral também constituíram eixo temático de investigação. Em suma, buscou-se perquirir a conformação do trabalho, sua organização e segurança oferecidas às/os profissionais psicólogas/os, constituindo-se em três eixos: “liberdade de ação no local de trabalho”, “autonomia no modo de trabalhar” e “condições de segurança”, subdivididos em três subitens de investigação, cada, totalizando 9 diferentes pontos de investigação.

Constatou-se que a liberdade de ação no ambiente de trabalho é restrita. Em sua maioria, as/os investigadas/os não dispõem de autonomia para fazer pausas entre as atividades, escolher o período de férias e definir o horário de trabalho. No mesmo viés, a

autonomia no modo de trabalhar, que compreende a possibilidade de eleger o ritmo de trabalho, método, ordem das atividades e a imposição de metas, apresentou resultados expressivos no sentido da pouca autonomia dessas/es profissionais, denotando o rebaixamento da categoria atuante nas políticas sociais.

Nesse ponto, a situação é mais agravada no RN, quando em comparação ao RS, onde essa liberdade e autonomia são ainda mais restritas, revelando o caráter maior de precariedade da profissão nesse Estado. As/os respondentes ainda afirmaram que o espaço de trabalho, os materiais e equipamentos são insuficientes e inadequados para o desenvolvimento das atividades nas políticas sociais.

Relativamente às questões de reconhecimento no ambiente de trabalho, as/os profissionais revelaram vivenciar um maior reconhecimento por parte da comunidade usuária do serviço, seguida de uma inconstância por parte dos colegas de trabalho e o pouco – ou quase nenhum – reconhecimento por parte da chefia, seja ela direta ou indireta.

O mesmo indicador buscou apurar o conteúdo e as formas das violências suportadas pelas/os investigadas/os, sendo que 60% dos respondentes afirmativamente já terem suportado episódios desse tipo, com destaque para 5,38% submetidas/os constantemente à violência. Enfoque precisa ser novamente direcionado às/os profissionais do RN, visto suportarem, com maior frequência (20,3%), em contraponto às/os respondentes gaúchas/os (3%).

Vale destacar, ainda, que o conteúdo das violências reside, em sua maioria (49,3%), em decorrência do cargo ocupado, ou seja, a condição de ser psicóloga/o é fato gerador para a violência no ambiente laboral. Nesse aspecto, o assédio moral e a perseguição pela chefia foram às formas mais destacadas (58,8%).

Por fim, no que se refere às condições de representação e organização sindical da categoria, a fragilização e o enfraquecimento da representatividade sindical na luta por

melhores condições de trabalho foram marca expressiva dos resultados. Do universo pesquisado, 79,2% afirmaram nunca sentirem-se representadas/os pelos sindicatos nacional e regional.

A partir da análise dos cinco IPST, constatou-se a existência do fenômeno de precarização da Psicologia nas políticas sociais nos Estados pesquisados, particularmente, a degradação do trabalho das psicólogas, por ser uma profissão majoritariamente feminina, o que foi corroborado pela presente pesquisa, uma vez que 81,5% das participantes são mulheres, majoritariamente jovens, brancas, solteiras com renda familiar entre 1 a 6 salários mínimos, formadas por instituições privadas.

Quanto à formação complementar das/os profissionais, identificamos que grande parte delas/es realizaram suas formações na área das políticas sociais, o que indica mudanças significativas em comparação as pesquisas de abrangência regional e nacional (Mello, 1975; CFP 1988, Bastos, Gondim & Rodrigues, 2010; Yamamoto & Costa, 2010; Motta, 2015).

Outra divergência encontrada em comparação aos estudos anteriores diz respeito aos locais de atuação profissional nas políticas sociais, indicamos que 74,5% desses locais estão vinculados a assistência social e somente 17,6% à saúde, a figurar inversão expressiva, sendo que a área da saúde é uma das grandes portas de entrada e permanência das/os psicólogas/os.

Em consonância aos estudos de Druck, o sociólogo Ricardo Antunes (2010, p.13-27) introduz a perspectiva de uma nova morfologia do trabalho, a qual tem por tendências a informalidade, o infoproletariado e a (i)materialidade aliada ao valor do trabalho. Para o citado autor, esses elementos/tendências estruturantes do capital na contemporaneidade culminam em “uma nova era da precarização estrutural do trabalho” (Antunes, p.20).

Somado a esse quadro, o economista inglês Guy Standing (2013, 2014) defende a produção de uma nova estrutura de classe em nível global, intitulado-a de *o precariado*, essa

classe é caracterizada por incertezas, inseguranças, frustrações, privação e flutuações crônicas no campo do trabalho em nível de salários, empregabilidade e direitos sociais.

Nessa medida, a característica essencial do trabalho do precariado é a fragilidade e a instabilidade, as quais se associam “à causalidade, à informalidade, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso autoemprego” (Standing, 2014, p. 12).

No que tange as novas dimensões constitutivas do valor e (i)materialidade do trabalho social, podemos dizer que as fronteiras de tempo, espaço e reconhecimento do fazer humano são absorvidas pelo capital, e por conseguinte, somos cotidianamente impelidos ao encarceramento e a subjugação pelo padrão hegemônico neoliberal de produção.

Evidenciamos com isso que Standing busca articular em seus escritos e pesquisas aspectos da economia mundial, da estrutura e da formação de classes, bem como, os efeitos que a ordem neoliberal tem produzido em nível de classes. A sua propositiva é apresentar a precariado enquanto uma nova classe perigosa para elite hegemônica das classes, a qual ele nomeia de plutocracia “um punhado de super-cidadãos detentores de uma vasta riqueza (...) eles corporizam o Estado neoliberal, manipulando os políticos e os meios de comunicação, enquanto, por outro lado, as agências financeiras cuidam para as regras se lhes mantenham favoráveis” (Standing, 2014, p. 11-12).

É nessa condição estrutural que a criação da nova classe perigosa, o precariado, se constitui e desenvolve-se com um sentimento de frustração e privação, com evidente conotação negativa. Em que pese, observa-se, também, traços de subversão ao sistema neoliberal hegemônico e contestação da “suposta” democracia. Com isso, o precariado é visto em uma perspectiva dual de caminhos, ora perigosa e ora transformadora da realidade. Essa última, “trata-se, nada mais nada menos, do que fazer renascer a própria ideia de futuro, perdida na distopia neoliberal do consumismo desenfreado e de uma existência plebéia de pão-e-circo eletrônico” (Standing, 2014, p. 16).

Essas proposições nos são caras e fundamentais para (re)pensar o trabalho da/o psicóloga/o nas políticas sociais. Parece-nos também que há a possibilidade de desenharmos uma Psicologia, enquanto categoria profissional, que adentra a classe do precariado. A presente pesquisa sistematiza e aponta a fragilidade, privação, frustração, insegurança e incertezas crônicas que as/os psicólogas/os tem vivenciado em seu cotidiano laboral.

A partir dos elementos apresentados indagamo-nos quanto às possíveis ações de resistência as condicionalidades vividas no cotidiano laboral. Druck (2013, p.71-72) esboça uma breve sistematização de indicadores de resistência e intervenção contra a precarização do trabalho no Brasil, um deles é o fortalecimento do movimento coletivo de greves e ações por parte da classe trabalhadora em estreita relação com um novo sindicalismo propositivo e de negociação.

Em vista disso, precisamos enquanto classe nos (re)organizar com pautas de restabelecimento da razão social do trabalho visando um “projeto comum” com possibilidades de luta, resistência e oposição efetiva ao avanço neoliberal. Reside no “princípio do comum” (Dardot&Laval, 2016) um sistema de práticas opositivas e revolucionárias que fazem frente às relações societárias organizadas na racionalidade neoliberal que opera no sentido do egoísmo social e da negação da solidariedade.

Ou seja, temos aí um desafio e tanto, contribuir para a construção de um novo projeto societário visando à superação do sistema global do capital e constituindo novas formas de mediação entre o ser humano, sociedade e a natureza que sejam emancipatórias para a vida e a felicidade social.

## REFERÊNCIAS

Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.

- Alves, G. (2006). Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*.(pp. 15-26).São Paulo: Boitempo.
- Amorim, H. (2013). O trabalho imaterial no debate contemporâneo. In R. Antunes (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. (pp. 105-117 ) São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2006). A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*(pp. 15-26).São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2010) A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: R. Antunes (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2013). A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. InR. Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*.(pp. 13-27).São Paulo: Boitempo.
- Barros, A. J. da S., &Lehfeld, N. A. de S. (2007). Fundamentos de Metodologia Científica (3a ed.). São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Rodrigues, A. C. A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: quantos somos e onde estamos?. In: Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil*. (pp. 32-44). Porto Alegre: Artmed.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas?. In Yamamoto, O. H & Costa, A. L. Freire (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 255-270). Natal: EDUFRN.
- Bernardes, J. de S. (2013). História. In: Strey, M. N. et al. *Psicologia social contemporânea*.(pp. 19-33). Edição Digital. Petrópolis: Vozes.
- Bock, A. M. B. A. (1999, dezembro). Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4 (2), 315-329.
- Bruschini, C.,& Lombardi, M.R.(2001, fevereiro). Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, 17, pp.157-196.
- Castro, F. J. R. de. (2009). *CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais*. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Conselho Federal de Psicologia. (Org.). (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Prática psicológica: repetição ou mudança. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 10 (2) 3-4.



- Conselho Federal de Psicologia. (Org). (2004). Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia – relatório final. Relatório on-line. Recuperado em 27 de dezembro de 2017, de <<http://site.cfp.org.br/publicacoes/relatorios-e-cartilhas>>.
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2012). *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas*. (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.
- Dejours, C. (2001). *A banalização da injustiça social* (4a ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C., Lancman, S., & Sznelwar, L. I. (Orgs.). (2011). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (F. Soudant, Trad.). (3a ed.). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004, setembro/dezembro). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34. DOI: 10.1590/S0103-65132004000300004.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos., & Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Projeto 2 – Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: DIEESE.
- Druck, G. (2013). A precarização social do trabalho no Brasil. In R, Antunes (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo.
- Druck, G., & Franco, T. (2008). A Terceirização no Brasil: velho e novo fenômeno. *Laboreal*, IV(2), 83-94.
- Duarte, F.S., & Mendes, A. M. (2015). Da escravidão à servidão voluntária: perspectivas para a clínica psicodinâmica do trabalho no Brasil. *Revista Farol*, 3(1), 68-128.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, H. de A. (2014). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica* (2a ed.). São Paulo: Avercamp.
- Iamamoto, M. V. (2000). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Censo demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Leão, S. M. et al. (2014, abril). O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 264-289. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812014000100015&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100015&lng=pt&tlng=pt)>.

- Lhullier, L. A., Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In: Lhullier, L. A. (Org.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. (pp. 133-140). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2011). Expansão e interiorização da Psicologia: reorganização dos saberes e poderes na atualidade. *Psicol. cienc. Prof*, 31(2), 296-313.
- Macedo, J. P. et al. (2011, julho/setembro). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em Estudo* 16 (3), 479-489.
- Macedo, J. P., Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192. Recuperado em 03 de janeiro de 2018, de <<http://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/viewFile/1437/1878>>.
- Mattar, F. N. (2014). *Pesquisa de Marketing - Metodologia, Planejamento, Execução e Análise (7a ed.)*. Campus: Elsevier.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Mendes, A. M. (2007). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa* (pp. 49-61). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (Org.). (2009). *Trabalho e Saúde: o sujeito entre a emancipação e a servidão*. Curitiba: Juruá.
- Mendes, A. M., & Duarte, F. S. (2013). Mobilização Subjetiva. In: Vieira, F de O., & Mendes, A. M., & Merlo, A. R. C (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 259-262). Curitiba: Juruá.
- Merlo, A. R. C., Traesel, E. S., & Baierle, T. C. (2013). Banalização do Mal. In F. O. Vieira, A. M. Mendes & A. R. C. Merlo. (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 71-75). Curitiba: Juruá.
- Motta, R. F. (2015). *O trabalho das (os) psicólogas (os) no SUAS: materializando a Assistência Social enquanto política social pública*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia, Pontícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Netto, J. P & Braz, M. (2012). *Economia política: uma introdução crítica*. (8a ed.). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, I. F. de. et al. (2014). Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 103-112.
- Perovano, D.G. (2014). *Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social*. Curitiba: Juruá.

- Pfeifer, M. (2014). O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. *Serv. Soc. Soc.* 120. 746-766. Recuperado em 20 de janeiro de 2018, de <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/09.pdf>>.
- Reis, R. G., & Cabreira, L. (2013). As políticas públicas e o campo: e o psicólogo com isso?. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, 33 (n. esp.) 54-56.
- Seixas, P. de S., Yamamoto, O. H. (2012). A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. *Psicologia Argumento*, 30(70), 477- 489. Recuperado em 3 de janeiro de 2018 em <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=6135&dd99=view&dd98=pb>>
- Standing, Guy. (2013) *O precariado: A nova classe perigosa*. Traduzido por Cristina Antunes. Revisão de tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Standing, Guy. (2014) O precariado e a luta de classes. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 103, p. 9-24.
- Traesel, E. S. (2014). *O ser e o servir nas teias da (des) estabilidade: análise psicodinâmica das vivências de servidores públicos de uma gerência regional do INSS dos novos modos de gestão*. Tese de Doutorado, Faculdade de Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Yamamoto, O. H & Costa, A. L. Freire (orgs.), (2010). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRN.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. de. (2010) Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. [número especial]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 9-24. Recuperado em 03 de janeiro de 2018 em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a02v26ns.pdf>>.
- Yamamoto, O. H., Souza, J. A. J., Silva, N., & Zanelli, J. C. (2010). A formação básica, pós-graduada e complementar do psicólogo no Brasil. In A.V. B. Bastos, & S. M. G. Gondin. *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Yamamoto, O. H. (2007, janeiro/abril). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. Recuperado em 03 de janeiro de 2018 em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326394005>>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da dissertação não se constitui como algo dado e fácil, pelo contrário, foi uma construção diária de incertezas, tristezas e incômodos diante da análise dos dados da pesquisa e a conjuntura dos acontecimentos que assolaram nosso país produzindo nefastas consequências ao campo da vida humana. Todavia, o significado encontrado para a continuidade do trabalho, foi acreditar que a busca por uma sistematização do processo de precarização enfrentado pelas/os psicólogas/os nas políticas sociais permite produzir fissuras e resistências a essa condição.

Nossa aposta é na construção de travessias a fim de que o debate para efetivação do trabalho decente para categoria profissional encontre ressonância em nós e em muitos outras/os pares. Além disso, nosso interesse foi analisar as implicações das transformações societárias brasileiras na particularidade da Psicologia, em especial, suas mediações com a precarização social do trabalho no Brasil.

Não tivemos pretensão de esgotá-las, pelo contrário, o que se necessita hoje, diante do avanço neoliberal, é a continua análise da realidade, o que significa “interpretá-la a partir da totalidade com suas múltiplas e articuladas determinações, que envolvem aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos” (JANE, 2003, p.2). Nessa perspectiva, a Psicologia brasileira precisa com urgência encontrar caminhos coletivos de reorganização, os quais não são mudanças somente conceituais e/ou terminológicas, mas, fundamentalmente, o resgate profundo das experiências enquanto profissão em determinado momento histórico, político e social.

É possível vislumbrar através das pesquisas (BOTOMÉ, 1979; CFP, 1988; MELLO, 1975) a formação de uma identidade profissional ao lado de processos complexos e multifacetados, marcados pela exclusão, pelo acirramento da desigualdade social, pela falta de democracia, pela violação dos direitos humanos, a supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão.

A própria regulamentação da Psicologia foi atravessada por impasses éticos significativos que se articulam de maneira indelével ao período da ditadura militar. Assim, para uma compreensão crítica do lugar que a Psicologia ocupa no capitalismo e a sua funcionalidade na acumulação do capital, mostra-se imprescindível lançar um olhar sobre os fatos históricos que convergiram para a configuração da profissão na atualidade.

Ou seja, (re)visitar o passado com a proposição de romper com as amarras que nos prendem a concepções e práticas legitimadoras de segregação e violência deve ser um compromisso da categoria. Bock (1999, p. 327) pontua que para “quebrar com 500 de

desigualdade social que caracteriza a história brasileira, rompendo com um saber que oculta a desigualdade atrás de conceitos e teorias naturalizadoras da realidade social” é imprescindível, para o entendimento dos limites e possibilidades da ação profissional alinhadas a conjuntura de precarização social do trabalho no Brasil.

Diante disso, nossos esforços de pesquisa estão alinhados *a uma nova razão de mundo!*

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: Frigotto, G; Gentili, P. (Orgs.), **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.
- Bock, A. M. B. A. Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, v.4, n. 2, p. 315-329, dez. 1999.
- BOTOMÉ, S. P. A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, v.5, n.1, p. 1-6, 1979.
- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. **Manual de direito previdenciário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?**. São Paulo: Edicon, 1988.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 4 n. 2, p. 315-329, dez. 1999.
- BRASIL. **Decreto nº 477 de 26 de fevereiro de 1967**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 22 fev. 1967.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jul. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Medida provisória nº 777, de 26 de abril de 2017**. Institui a Taxa de Longo Prazo - TLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 26 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília: Diário Oficial da União, 31 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.147, de 28 de Agosto de 2017.** Revoga o Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017, que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca e extingue a Reserva Nacional do Cobre e Seus Associados - Renca para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira. Brasília: Diário Oficial da União, 28 agost. 2017.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 95.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 15 dez. 2015.

GEIDER, Paulo (Org.) **Novíssimo Aulete:** dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Ednéia Maria. Questão social: objeto do Serviço Social?. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 39-47, Jul./dez. 1999.

MELLO, S. L. **Psicologia e Profissão em São Paulo.** São Paulo: Ática, 1975.

MELO, Débora. Ministério da Saúde abre caminho para custear comunidades terapêuticas.

**CartaCapital**, Brasil, 09 dezembro 2016. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ministerio-da-saude-abre-caminho-para-custear-comunidades-terapeuticas>> Acesso em 09 de dezembro de 2016.

OBSERVATÓRIO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE. **O Agente Comunitário de Saúde como agente de mudança sociocultural.** Relatório final. Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; AMORIN, Keyla Mafalda de. Psicologia e Política Social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, jul./set. 2012.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DO BRASIL. **Uma ponte para o futuro.** Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária.** Brasília, DF: MDS, 2011.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito Fundamental à Previdência Social na Perspectiva dos Princípios Constitucionais Diretivos do Sistema Previdenciário Brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SEIXAS, Pablo de Souza; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A inserção e a atuação profissional do psicólogo no campo das políticas sociais no Rio Grande do Norte. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 477-489, jul./set. 2012.

SILVA, Solange dos Santos. **Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do Serviço Social: contribuições a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil**. 2014. 250 p. Tese (Doutorado em Assistência Social), Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.19, n.1, p. 30-37, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_; COSTA, Ana Ludmila Freire (orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil**. Natal: EDUFRN, 2010.

## ANEXO A – QUESTIONÁRIO PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

### Dados gerais da/o profissional psicóloga/o

Idade:

Sexo:

E-mail<sup>13</sup>:

Estado Civil:

Estado que reside:

Cidade que reside:

Cidade que trabalha:

### FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Instituição de Conclusão da Graduação:

Pública  Privada

Ano de Conclusão da Graduação:

### ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Tempo de formação como psicóloga/o:

Formação/Capacitação:

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

Outros

Alguma dessas formações/capacitações estão relacionadas ao campo das políticas sociais?

não  sim.

Qual?

Tempo de atuação nas Políticas Sociais:

Cargo Ocupado:

Psicóloga/o

Coordenador/a

---

<sup>13</sup> Informação Opcional.

Pretendemos fazer a devolução dos resultados da pesquisa via e-mail aos participantes.



( ) Outros:

Tempo de atuação no cargo:

Você possui quantos vínculos empregatícios (incluindo trabalho autônomo e voluntário)?

Quantas horas semanais destina a esse(s) outro(s) trabalho(s) fora do campo das políticas sociais?

Quantos desses locais de trabalho são no campo das políticas sociais?

Remuneração total:

### **DADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO/EQUIPAMENTO EM QUE TRABALHA**

Caso você atue em mais de um local, solicitamos que preencha os dados referentes ao local que tem maior carga horária semanal e, em caso de possuir a mesma quantidade de jornada de trabalho, decida pela instituição/equipamento que esteja a mais tempo vinculado.

( ) Carga horário semanal ( ) Tempo de vinculação

Unidade:

( ) CRAS

( ) CREAS

( ) CAPS I

( ) CAPS II

( ) CAPS III

( ) CAPSi

( ) CAPS ad II

( ) CAPS ad III

( ) Acolhimento Institucional

( ) Atenção básica

( ) ESF

( ) Hospital Público

( ) Outra. Qual?

Entidade ligada a qual ente federativo:

( ) União

( ) Estado

( ) Município

Qual o órgão está vinculado:

- Secretária do desenvolvimento Social
- Secretária da Saúde
- Secretária da Educação
- Poder Judiciário
- Outro. Qual?

## **ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

### Regime de Trabalho:

- Efetivo
- Celetista – regido pela CLT
- Comissionado
- Terceirizado
- Estatutário – regido por Estatuto próprio
- Outros. Qual?

### Forma de Ingresso:

- Concurso Público
- Convite/indicação
- Processo seletivo
- Outras, qual?

### Processo Seletivo<sup>14</sup>:

- Prova
- Títulos
- Entrevista
- Indicação
- Outro, qual?

### Jornada de trabalho:

- 20 horas;
- 30 horas;
- 40 horas;

---

<sup>14</sup> Múltipla escolha.

Outra, qual?

Remuneração

Remuneração nesse local de trabalho:

Total da renda familiar:

Recebe adicionais:

( ) por tempo de serviço

( ) por produtividade

( ) por qualificação/titulação

Outro, qual?

Recebe auxílio/assistência<sup>15</sup>:

( ) Alimentação/ ticket alimentação

( ) Transporte

( ) Moradia

( ) Médica/hospitalar

( ) Plano de saúde

( ) Odontológica

( ) Creche

( ) Previdência privada

( ) Outros. Qual?

Processos e características do seu trabalho

Você tem liberdade para organizar seu trabalho

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Tem possibilidade de descansar / fazer pausas entre as atividades

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Tem liberdade de eleger o período de férias:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

---

<sup>15</sup> Múltipla escolha.

A Organização/Equipamento/Secretaria busca facilitar e/ou desenvolver formações/capacitações pertinentes a sua atividade

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Em relação ao horário, é definido pela Organização/Equipamento/Secretaria:

( ) Sim, sem possibilidade de alteração;

( ) Sim, com possibilidade de trocar;

( ) é inteiramente determinado por você;

( ) Combinado entre você e colegas;

( ) Outra forma. Se sim, qual?

Em relação ao ritmo e a intensidade:

Você tem a possibilidade de eleger seu ritmo de trabalho:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você tem a possibilidade de escolher o método e a ordem das tarefas:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

A organização lhe exige cumprir prazos e metas em ritmo acelerado:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

As relações entre as pessoas no local de trabalho:

O seu trabalho é realizado em equipe?

( ) sim ( ) não

Você se sente reconhecido pelos/as seus/as colegas

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você se sente reconhecido pelos/as usuários do serviço

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você se sente reconhecido pelas pessoas que exercem o papel de chefia no equipamento que você trabalha

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você se sente reconhecido pelas pessoas que exercem o papel de chefia na secretaria que o seu equipamento está vinculado

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você participa das decisões referentes aos processos de trabalhos

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

A equipe de trabalho que você faz parte pode ser considerada:

( ) cooperativa

( ) competitiva

Outra:

Qual estratégia é utilizada pela Instituição/Equipamento/Secretaria para incentivar sua permanência no trabalho<sup>16</sup>?

( ) Oferecer salários mais altos;

( ) Oferecer boas condições de trabalho e segurança

( ) Contratos de trabalho estáveis

( ) Reconhecer o trabalho realizado

( ) Plano de carreira

( ) Oferecer outras oportunidades no município

( ) Oferecer cursos de capacitação;

( ) Flexibilidade na jornada de trabalho

( ) Outra. Qual?

( ) Nenhuma estratégia é utilizada

Você já sofreu algum tipo de violência:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( ).

Se você respondeu sempre, às vezes ou quase sempre. Qual/is seria/m a/s formas e o conteúdo da violência/s?

---

<sup>16</sup> Múltipla escolha.

Conteúdo da violência <sup>17</sup>	Forma de violência <sup>18</sup>
<input type="checkbox"/> De gênero	<input type="checkbox"/> Perseguição da chefia / abuso de poder
<input type="checkbox"/> Por idade	<input type="checkbox"/> Discriminações
<input type="checkbox"/> Por nacionalidade	<input type="checkbox"/> Agressões físicas
<input type="checkbox"/> Pela cor da pele	<input type="checkbox"/> Agressões verbais
<input type="checkbox"/> Pela sua aparência física	<input type="checkbox"/> Assédio moral
<input type="checkbox"/> Pelo cargo que ocupa	<input type="checkbox"/> Jornadas de trabalho exaustivas
	<input type="checkbox"/> Metas abusivas
	<input type="checkbox"/> Eventos traumáticos
	<input type="checkbox"/> Bullying nas relações interpessoais
	<input type="checkbox"/> Outras.

## CONDIÇÕES DO TRABALHO

### Em relação ao seu local de trabalho:

As instalações são adequadas para a realização das atividades:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Ocorre deslocamentos/mudanças da Instituição/Equipamento/Secretaria para outras regiões da cidade:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

O ambiente é climatizado:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

O ambiente é limpo e higiênico:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

A distribuição e a organização do espaço físico são adequadas as suas necessidades de atuação profissional:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

---

<sup>17</sup> Múltipla escolha.

<sup>18</sup> Múltipla escolha.

O espaço físico da Organização propicia desconforto e/ou tensões entre a equipe de trabalho em relação às atividades a serem desenvolvidas:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Os materiais de serviço, mobiliário, equipamentos e veículos são adequados e suficientes:

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você se sente segura (o) em relação à estrutura física /arquitetônica do seu local de trabalho (sem riscos de desabamento, rachaduras, instalações precárias):

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

### **NAS CONDIÇÕES DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

Você se sente representada/o pelo Sindicato dos Psicólogos na luta por melhores condições de trabalho

Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Você se sente representada/o por outras instituições, sindicatos ou órgãos na luta por melhores condições de trabalho: Sempre ( ) Às vezes ( ) Quase sempre ( ) Nunca ( )

Se sua resposta foi sempre, as vezes, quase sempre, solicitamos que nos diga quais seriam essas instituições, sindicatos e/ou órgãos: